

CÂMARA MUNICIPAL

# Odielas

## Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVII - N.º 12 / 2016

28 de junho de 2016



**FICHA TÉCNICA:**

**Diretor:** Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,  
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

**Propriedade e Edição:** Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,  
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

**Coordenação, Layout e Paginação:** Câmara Municipal de Odivelas  
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

**Periodicidade:** Quinzenal

**Data de publicação:** 28 de junho de 2016

**Tiragem:** 20 Exemplares

**N.º de Depósito Legal:** 263350/07

Distribuição Gratuita

**Fotos de capa:** 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,  
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,  
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,  
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

**Telefone:** 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: [www.cm-odivelas.pt/](http://www.cm-odivelas.pt/)



## ÍNDICE

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 12.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 15 de junho de 2016

	Página
Moção	7
Ata da 10.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2012	8
Ata da 6.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2016	8
6.ª Alteração Orçamental de 2016, 7.ª Modificação Orçamental	8
Subscrição do Acordo Parassocial da Valorsul	9
Designação do representante do Município de Odivelas no Conselho de Administração da Valorsul	13
Autorização para acionamento de Reserva de Recrutamento com vista à contratação de um Assistente Operacional	13
Programa das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas, para o Ano Letivo 2016/2017	13
Acordos de Colaboração e Cooperação Bipartidos e Tripartidos no âmbito das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), para o Ano Letivo 2016/2017	13
Programa de implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do Concelho de Odivelas, para o ano letivo 2016/2017	14
Programa Municipal de Apoio às Visitas de Estudo, para o ano letivo 2016/2017	14
Continuidade do Acordo de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Odivelas e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI Olival Basto (APEEOB), para o ano letivo 2016/2017	16
Extinção do procedimento iniciado no âmbito da hasta pública para celebração de contrato de arrendamento comercial para exploração da «Cafetaria» do Centro de Exposições de Odivelas	16
Hasta Pública - Arrendamento da «Cafetaria» do Centro de Exposições de Odivelas	16
Atribuição de um apoio, sob a forma de um subsídio, à Associação dos Escoteiros de Portugal - Grupo 9 do Olival Basto e Póvoa de Santo Adrião	17
Atribuição de um apoio, sob a forma de um subsídio, ao Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 879 da Póvoa de Santo Adrião	17
Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas a autorizar a atribuição de um apoio, sob a forma de transporte municipal, à Associação de Escoteiros de Portugal, Grupo 19, da Pontinha	17
Atribuição de um apoio, sob a forma de transporte municipal, à Igreja Baptista da Ramada	17
Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, a autorizar a aceitação dos patrocínios, no âmbito da comemoração do Dia Mundial do Ambiente/2016	17
Alteração ao alvará de Loteamento n.º 7/2001 para o Lote B100, inserido no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	18
Alteração ao alvará de Loteamento n.º 1/2003, para o Lote 3, inserido no Bairro Vale Pequeno, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	19
Alteração ao alvará de Loteamento n.º 4/2007 para o Lote 3, inserido no Bairro Quinta da Fonte, na Freguesia de Odivelas	19



	Página
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 154, da Rua 16 de abril, inserida no Bairro Sol Nascente, União das Freguesias de Pontinha e Famões	20
Emissão de parecer favorável para a execução e ligação de ramal de eletricidade, com instalação de um contador na Rua do Sr. Roubado, “Lote 305”, Bairro Vale do Forno, da Freguesia de Odivelas	20
Emissão de parecer favorável para a execução e ligação do ramal de abastecimento de água, com instalação de um contador, na Rua do Sr. Roubado, “Lote 305”, do Bairro Vale do Forno, da Freguesia de Odivelas	20
<b>1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA</b> realizada em 21 de junho de 2016	
Prestação de Contas consolidadas do ano de 2015 do Município de Odivelas	20
Comemoração dos 15 anos do Clube do Movimento	20
 <b>UNIDADES ORGÂNICAS</b>	
DESPACHOS	21
EDITAIS	23
AVISOS	25
DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	28
 <b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL</b>	
<b>9.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA</b> realizada em 16 de junho de 2016	
Moções	41
Recomendação	44
Votos de Pesar	44
Concurso Público para a formação de Contrato de Concessão da Gestão e Exploração do Centro Cultural da Malaposta	45
Retirada de Pontos da presente Sessão	45
 <b>3.ª SESSÃO ORDINÁRIA</b> realizada em 23 de junho de 2016	
Votos de Congratulação	46
Voto de Pesar	47
Moções	47
Propostas de Recomendação	50
Informação Escrita Sobre a Atividade e Situação Financeira do Município	51
Alteração aos Acordos de Execução e Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Concelho de Odivelas	51
Programa das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas	52
Acordos de Colaboração e Cooperação Bipartidos e Tripartidos (a celebrar entre o Município de Odivelas, os agrupamentos de escolas e as associações de pais e encarregados de educação das escolas/IPSS's)	53
Retirada de Pontos da presente Sessão	62



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**







## CÂMARA MUNICIPAL

### 12.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 15 de junho de 2016

## DELIBERAÇÕES

### MOÇÃO

#### **“POR UM PASSE SOCIAL INTERMODAL PARA TODA A AML**

Em Portugal, como resultado da Revolução de Abril, foi criado o Passe Social Intermodal, uma das muitas medidas de enorme alcance social que foram tomadas visando o bem-estar das populações.

Apesar dos desvirtuamentos, do aumento desproporcional do seu custo face ao Salário Mínimo Nacional e de uma expansão urbana que não foi acompanhada pela adequação quer da rede de transportes, quer da cobertura do passe social, este tem sido um elemento importante na promoção da mobilidade alargada e também na contenção dos preços dos transportes na AML.

O sistema de bilhética da Área Metropolitana de Lisboa (AML) é hoje extremamente complexo, fruto de uma política que apostou na multiplicação de títulos (há mais de 2000 tipos de bilhetes e passes na AML) ao mesmo tempo que reduziu a oferta – horários e percursos – como condição para a contenção de preços em vez de privilegiar a intermodalidade e a atratividade do sistema.

O enfraquecimento do passe social intermodal e da oferta dos transportes públicos é lesivo das populações e dos interesses nacionais e concelhios.

Uma oferta cara, deficitária (na maioria das vezes diminuta e a preços elevadíssimos) é um estímulo ao transporte individual (com todas as consequências daqui decorrentes) e constitui, por outro lado, um fator de exclusão social de largas camadas da população que não podem recorrer ao transporte individual (idosos, trabalhadores com vínculos precários, desempregados, crianças e jovens, etc.).

Os custos para os utentes com os transportes públicos são demasiado elevados, e sofreram um agravamento brutal nos últimos anos. Para termos uma ideia, são mais caros

na Área Metropolitana de Lisboa do que na de Berlim, apesar dos salários serem na Alemanha mais do triplo que em Portugal.

No concelho de Odivelas, desde a chegada do Metro, assistiu-se ao encurtamento dos percursos das carreiras e regra geral à sua divisão.

Carreiras que iam até ao Campo Grande passaram na maioria a ficar, numa primeira fase no Sr. Roubado e posteriormente em Odivelas, mas o preço do bilhete continuou o mesmo.

Assistiram-se também ao encurtamento, obrigando os utentes a fazerem transbordo, sem que tivesse havido o cuidado de pelo menos fazer coincidir os horários para que não haja tempos de espera.

Outras situações há em que foram fundidas carreiras, tornando os percursos muito longos e morosos, logo inoperacionais e pouco atrativos quer para utentes quer para os trabalhadores.

O aumento do número de utentes deve ser a verdadeira razão de qualquer política de transportes. É preciso pois garantir um aumento direto da oferta, mas também garantir que os utentes possam utilizar plenamente essa oferta, promovendo a mobilidade através do passe social intermodal e da unificação do sistema de bilhética.

A proposta legislativa do PCP visa contrariar o ciclo recessivo (aumenta-se o preço e degrada-se o serviço, logo perdem-se utentes; como se perdem utentes, aumenta-se o preço e reduz-se o serviço para o adequar à menor procura, e assim sucessivamente) e promover o crescimento.

Os transportes públicos têm que ser atrativos e com preços que estimulem a sua utilização em detrimento do uso do transporte individual.

Uma das questões centrais para o desenvolvimento de um verdadeiro sistema de transportes na AML é que o tarifário assente na plena intermodalidade, integrando todos os operadores, modos de transporte e respetivos serviços no sistema.

Neste sentido, pretende-se, garantir que, com um mesmo passe intermodal ou um mesmo bilhete, se possa circular por toda a AML, adequando assim o passe intermodal social à realidade urbana atual, promovendo a atratividade do transporte Público e o aumento do número de utentes, com ganhos evidentes para os próprios e para a sociedade.

Vários cálculos permitem demonstrar que essa opção fica mais barata também ao próprio Estado, pois o que se perde em receita para as empresas (ao reduzir os preços dos transportes públicos) compensa-se com o aumento do número de utentes, com a redução de importações de



combustível e de automóveis, com a melhoria do ambiente e do ordenamento, com a redução dos custos com a saúde pública.

Assim, considerando:

- A importância estratégica da promoção e uso do transporte público;
- A sistemática diminuição do número de carreiras e de circuitos que a RL tem vindo a impor no concelho;

**A Câmara Municipal de Odivelas, reunida em sessão ordinária em 15 de Junho de 2016 delibera:**

- Diligenciar junto dos operadores e da Área Metropolitana de Lisboa no sentido de garantir a existência de um passe social intermodal para toda a AML

Odivelas, 15 de junho de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

Apresentada pela CDU e aprovada, por maioria, com os votos a favor dos Senhores Vereadores da bancada da CDU e com a abstenção do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores da bancada do PS e PSD.”

**(Aprovado por maioria)**

## ATAS

### **ATA DA 10.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2012 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ata da 10.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 27 de novembro de 2012.

**(Aprovado por maioria)**

### **ATA DA 6.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ata da 6.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 23 de março de 2016.

**(Aprovado por maioria)**

## ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

### **7.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL 6.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL DE 2016**

6.ª Alteração Orçamental de 2016, 7.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º Interno/2016/5835, de 2016.06.09 e que farão parte integrante da ata da presente reunião.

“6.ª Alteração Orçamental

A 6.ª Alteração Orçamental de 2016 reproduz a necessidade de ajustamentos (reforço e anulações) de algumas rubricas dos serviços municipais, imprescindíveis ao seu normal funcionamento.

De entre os vários movimentos de reforço, destaque para:

-Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento

No projeto referente a “Implementação e Utilização de Tecnologias de Informação – Software / Licenciamento / Manutenção”, o reforço de 25.200,00€ (vinte e cinco mil e duzentos euros);

-No Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial

O valor de 100.000,00€ (cem mil euros), na rubrica “Remuneração por Doença e Maternidade/Paternidade”;

Na rubrica “Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adoção”, no valor de 50.000,00€ (cinquenta mil euros).

-No Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes

O valor de 69.000,00€ (sessenta e nove mil euros), no projeto “Ligação Viária entre os Bairros da Qta Serra, Qta Várzea e Cassapia/Qta Cucos;

No projeto referente a “Intervenções Diversas em Equipamentos Culturais”, o reforço de 53.000,00€ (cinquenta e três mil euros);

Uma verba de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), relativo “Conservação e Reparação de Viaturas”;

-No Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente:

70.000,00€ (setenta mil euros), no projeto “Piscinas Municipais”





Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 480.314,37€ (quatrocentos e oitenta mil, trezentos e catorze euros e trinta e sete centimos), verificando-se um aumento das despesas correntes no valor de 33.485,04€ (trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco euros e quatro centimos), por contrapartida de um decréscimo de igual montante ao nível das despesas de capital, conforme quadro seguinte:

### Modificação Despesa

#### Quadro Síntese

	Inscrições/ Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	284.114,37	250.629,33
Total de Despesas Capital	196.200,00	229.685,04
<b>Total Geral</b>	<b>480.314,37</b>	<b>480.314,37</b>

(un: euros)''

**(Aprovado por maioria)**

**VALORSUL**

#### ACORDO PARASSOCIAL

Subscrição do Acordo Parassocial da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A., celebrado com a totalidade dos acionistas da referida empresa, que atribui ao Município de Odivelas uma representatividade em todos os órgãos sociais e que, a par desta representatividade, assegura um papel determinante aos municípios acionistas na definição das linhas estratégicas da empresa, de acordo com a Proposta n.º 9/PRES/2016, datada de 3 de junho e com o referido Acordo, anexo a essa Proposta.

#### “Proposta n.º 9/PRES/2016

#### Assunto: Proposta de Celebração do Acordo Parassocial na Valorsul

Considerando que:

1. Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que tornou possível a entrada de capital privado nas entidades gestoras de sistemas multimunicipais no setor dos resíduos, foi publicado o Decreto-Lei n.º 108/2014, de 2 de julho que alterou os Estatutos da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A., adaptando-os àquele novo quadro legal.

2. Concomitantemente com as descritas inovações legislativas, foi lançado um concurso público para alienação a privados da totalidade do capital social da Empresa Geral de Fomento (EGF), através da qual o Estado detinha a maioria do capital social da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A..

3. Desde o início deste processo, o Município de Odivelas, acompanhado pelos demais municípios que integram o capital social da Valorsul — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A., se manifestou abertamente contra o novo modelo de gestão que não acautelava suficientemente os direitos dos municípios acionistas, dos seus munícipes e do interesse público representado por aqueles.

4. A firme oposição do Município de Odivelas se traduziu em ações levadas a cabo em diversas frentes.

5. Não obstante, o Município de Odivelas nunca descurou a vertente negocial no âmbito do corpo acionista da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A., como forma, igualmente relevante, de defender o interesse público cuja prossecução está legal e historicamente a seu cargo.

6. Em resultado desse processo negocial foi possível forçar a sociedade EGF, enquanto acionista majoritária da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A., a subscrever um Acordo Parassocial que envolve os demais acionistas municipais.

7. Esse Acordo Parassocial atribui ao Município de Odivelas uma representatividade em todos os órgãos sociais.

8. A par desta representatividade, o Acordo Parassocial assegura um papel determinante aos municípios acionistas na definição das linhas estratégicas da empresa, nomeadamente:

- Entrada de novos acionistas;
- Fusão de Sistemas;
- Tratamento de resíduos provenientes de outros municípios;
- Aumento da capacidade da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos de São João da Talha e da capacidade dos Aterros e das Estações Transferência;
- Decisão de adjudicação das empreitadas de valor superior a €5.000.000,00 (cinco milhões de euros);
- Processamento de RSU provenientes de outros Municípios que não estejam abrangidos pelos Contratos de Entrega e Receção;
- Aprovação do Plano de Investimentos de médio prazo (ou trienal), e suas alterações;
- Orçamentos anuais de exploração;
- Proposta de aplicação de resultados;



j) Prestação de cauções e garantias pessoais e reais pela sociedade.

9. Além do mais, ficam garantidos os direitos dos trabalhadores da empresa, através do Acordo de Empresa em vigor, e objetivos ambiciosos em matéria ambiental.

10. Ficou ainda garantido o ressarcimento do Município de Odivelas, até 2018, por conta de resultados transitados não concretizados em investimento.

Tenho a honra de propor que, ao abrigo do que conjugadamente se acha disposto no artigo 3º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, no nº 1 do artigo 62º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro e na parte final da alínea n) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que a Câmara Municipal de Odivelas aprove a subscrição do Acordo Parassocial da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A., celebrado com a totalidade dos acionistas da empresa e cuja minuta se anexa.

Odivelas, 03 de junho de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

#### “ACORDO PARASSOCIAL

ENTRE:

- **Empresa Geral do Fomento, S.A.**, com escritórios na Rua Mário Dionísio, 2, 2799-557 Linda-a-Velha, titular do número de matrícula e de pessoa colectiva 500 095 256, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de €56.000.000,00, neste ato representada por Maria Gabriela Certã Ventura, vogal do Conselho de Administração, doravante designada por **EGF**;

- **Município da Amadora**, neste ato representado pela sua Presidente de Câmara Municipal, doravante designado por **CMAMADORA**;

- **Município de Lisboa**, neste ato representado pelo seu Presidente de Câmara Municipal, doravante designado por **CMLISBOA**;

- **Município de Loures**, neste ato representado pelo seu Presidente de Câmara Municipal, doravante designado por **CMLOURES**;

- **Município de Odivelas**, neste ato representado pelo seu Presidente de Câmara Municipal, doravante designado por **CMODIVELAS**;

- **Município de Vila Franca de Xira**, neste ato representado pelo seu Presidente de Câmara Municipal, doravante designado por **CMVFXIRA**;

- **Associação de Fins Específicos - AMO MAIS**, neste ato representada pelo seu Presidente do Conselho Executivo, doravante designada por **AMO MAIS**;

Em conjunto todos os Outorgantes, acionistas da **VALORSUL — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A.**, doravante designada **VALORSUL**, referidos como **SIGNATÁRIOS** ou como **MUNICÍPIOS**, neste último caso, abrangendo, apenas, os Municípios e a AMO MAIS;

#### CONSIDERANDO QUE:

- A alteração efetuada pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho à Lei n.º 88 -A/97, de 25 de julho, que regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas, levou à publicação do Decreto -Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que veio permitir a entrada de capital privado nas entidades gestoras de sistemas multimunicipais no setor dos resíduos, adaptando o quadro legal destas entidades;
- Nesse contexto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 108/2014, de 2 de julho, que veio concretizar essas alterações nos estatutos da VALORSUL estritamente necessárias à sua harmonização com o enquadramento legal vigente, reforçando a exploração e gestão do sistema de Lisboa e do Oeste e a atribuição da concessão em regime de concessão exclusiva à VALORSUL, até 31 de dezembro de 2034;
- O processo de reprivatização da totalidade do capital social da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF) regulado pelo Decreto-Lei 45/2014, de 20 de março, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2014, de 8 de abril, resultou na adjudicação ao agrupamento constituído por SUMA Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., Mota Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A., Urbaser, S.A., Novaflex – Técnicas do Ambiente, S.A. e SUMA (Esposende) - Serviços Técnicos e Meio Ambiente, Lda., conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-BB/2014, de 19 de setembro, agrupamento este que veio a originar a criação da sociedade Suma Tratamento, S.A.;
- A alienação da EGF concretizou-se no dia 28 de julho de 2015, assumindo os novos acionistas a gestão da empresa logo após essa data;
- O interesse em assegurar a normalização e regulamentação das relações entre acionistas.
- Os **SIGNATÁRIOS** pretendem desde já regular, no presente acordo parassocial, algumas matérias relativas à VALORSUL,



é celebrado o presente **Acordo Parassocial** que se rege pelas Cláusulas seguintes:

**Cláusula 1.<sup>a</sup>**  
**ÓRGÃOS SOCIAIS**

1. O Conselho de Administração (CA) da VALORSUL será composto por 15 (quinze) membros, os quais serão designados nos seguintes termos:

- **EGF:** 8 (oito), incluindo o Presidente do CA;
- **CMAMADORA:** 1 (um);
- **CMLISBOA:** 2 (dois);
- **CMLOURES:** 1 (um);
- **CMVFXIRA:** 1 (um);
- **CMODIVELAS:** 1 (um)
- **AMO MAIS:** 1 (um).

2. Em caso de paridade do número de membros do Conselho de Administração presentes ou representados em cada reunião, o Presidente, ou quem tenha sido designado pela Assembleia Geral para o substituir nas suas ausências e impedimentos, terá voto de qualidade.

3. O Conselho de Administração delegará numa Comissão Executiva (CE) a gestão corrente da VALORSUL, a qual será composta por 5 (cinco) membros, designados nos seguintes termos:

- **EGF:** 3 (três) incluindo o Presidente da CE;
- **CMLISBOA:** 1 (um);
- **CMLOURES:** 1 (um).

4. Os membros da Mesa da Assembleia Geral serão designados nos seguintes termos:

- **A DESIGNAR POR COMUM ACORDO DE TODOS ACIONISTAS:** Presidente da Mesa;
- **EGF:** Vice-Presidente;
- **AMO MAIS, CMODIVELAS, CMAMADORA, CMVFXIRA, CMLOURES, CMLISBOA:** Secretário (rotativo).

5. Os 3 (três) membros efetivos do Conselho Fiscal (CF) e o Suplente serão designados nos seguintes termos:

- **EGF:** 1 (um), o Presidente, bem como o Suplente;
- **CMODIVELAS, CMAMADORA, CMVFXIRA, CMLOURES, CMLISBOA:** 1 (um) (rotativo);
- **AMO MAIS:** 1 (um).

6. O Revisor Oficial de Contas e o respetivo Suplente, ou a sociedade de revisores oficiais de contas são nomeados, pela Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho Fiscal.

7. Os membros da Comissão de Vencimentos (CV) serão designados nos seguintes termos:

- **EGF:** 2 (dois), incluindo o Presidente;
- **CMLISBOA, CMLOURES, CMVFXIRA, CMAMADORA, CMODIVELAS, AMO MAIS:** 1 (um) (rotativo).

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**  
**OBRIGAÇÕES**

1. Os **SIGNATÁRIOS** comprometem-se a assegurar o cumprimento integral e pontual das obrigações da VALORSUL, decorrentes da legislação nacional e comunitária.

2. No que respeita ao plano de investimentos da VALORSUL, a obrigação consagrada no número anterior é de meios e de resultado e inclui a prática de todos os atos necessários ou úteis à prossecução dos objetivos aí definidos.

3. Os **SIGNATÁRIOS**, enquanto acionistas, obrigam-se a exercer as suas atribuições no sentido de que a política geral de gestão da VALORSUL cumpra as orientações estratégicas fixadas pelo Concedente relativas à política de gestão de resíduos, nomeadamente:

i. Sempre que possível se reduza a produção de resíduos urbanos;

ii. Se implementem as medidas necessárias para o cumprimento das metas de reciclagem e desvio de resíduos para aterro, de acordo com os objetivos emanados do concedente;

iii. Que relativamente ao remanescente, sempre que possível, seja objeto de valorização;

iv. Se mantenham elevados padrões ambientais e de segurança na sua atividade e no funcionamento das suas unidades, de acordo com os padrões nacionais e comunitários vigentes.

4. Os **MUNICÍPIOS** obrigam-se a:

i. Proceder por si, ou por entidade por si designada, à recolha e entrega dos resíduos urbanos dos respectivos concelhos, nos locais a definir para o efeito e de acordo com os contratos de entrega e recepção a acordar com cada um dos **MUNICÍPIOS**;

ii. Colaborar na criação das condições técnicas e regulamentares adequadas e necessárias a assegurar o funcionamento da sociedade;

iii. Apoiar a criação de condições para que seja possível atingir os objetivos de gestão emanados do Concedente.



5. A EGF obriga-se a:

i. Manter na VALORSUL as condições técnicas, tecnológicas, de recursos humanos e de conhecimento e experiência que permitam à sociedade funcionar autonomamente e com um desempenho ao seu mais alto nível de qualidade e eficiência;

ii. Informar os acionistas sempre que pretenda utilizar a marca VALORSUL ou necessitar dos serviços técnicos dos seus colaboradores;

6. Os SIGNATÁRIOS comprometem-se a garantir que na gestão da VALORSUL seja dada execução, com a maior brevidade, aos compromissos já assumidos e que se encontram devidamente identificados no Anexo I ao presente Acordo, e que dele é parte integrante.

7. Os SIGNATÁRIOS, enquanto acionistas, obrigam-se a exercer as suas competências no respeito pelos compromissos assumidos com os trabalhadores e assinados com as suas organizações representativas, designadamente pelo acordo de empresa vigente, ou outro que o venha a substituir.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup> DELIBERAÇÕES EM CA**

1. Sem prejuízo das obrigações de natureza legal e contratual, presentes e futuras, a que os **SIGNATÁRIOS** e a VALORSUL se encontram vinculados, acordam estes desde já que, no que respeita às matérias abaixo identificadas, as deliberações do Conselho de Administração devem ser tomadas por maioria de 11 (onze) votos:

- a) Entrada de novos acionistas;
- b) Fusão de Sistemas;
- c) Tratamento de resíduos provenientes de outros municípios;
- d) Aumento da capacidade da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos de São João da Talha e da capacidade dos Aterros e das Estações Transferência;
- e) Decisão de adjudicação das empreitadas de valor superior a €5.000.000,00 (cinco milhões de euros);
- f) Processamento de RSU provenientes de outros Municípios que não estejam abrangidos pelos Contratos de Entrega e Recepção;
- g) Aprovação do Plano de Investimentos de médio prazo (ou trienal), e suas alterações.
- h) Orçamentos anuais de exploração;
- i) Proposta de aplicação de resultados, se inferior a 50% ou superior a 75% dos mesmos;
- j) Prestação de cauções e garantias pessoais e reais pela sociedade, que não associadas à concretização do Plano de Investimentos e de atividade decorrente da empresa.

2. O plano de Investimentos para o período 2016-2018 incluirá a concretização dos compromissos assumidos

com os MUNICÍPIOS e constantes do Anexo I ao presente Acordo.

3. Os SIGNATÁRIOS, enquanto acionistas, serão ressarcidos, por conta de resultados transitados não concretizados em investimento, bem como do valor referente à libertação do Fundo de Reconstituição de Capital, nos montantes no Anexo II ao presente Acordo e que dele é parte integrante, no limite até 2018.

4. Os acionistas comunicarão a forma pretendida do ressarcimento referido no número anterior, em dinheiro ou espécie.

5. O exercício da maioria qualificada nos termos do n.º 1 da presente cláusula, não pode colocar em causa os objetivos definidos nos n.ºs 1 e 2 da Cláusula 2.<sup>a</sup>, bem como o acesso às melhores condições de financiamento ou refinanciamento que a VALORSUL venha a obter.

6. A deliberação sobre a localização de novas unidades ou expansão das unidades existentes, carecerá do acordo de 11 (onze) membros do Conselho de Administração, incluindo o voto favorável do membro do Conselho de Administração designado pelo Município em cujo território, esteja ou venha a estar instalada a Central de Tratamento de RSU, o Aterro ou Estação de Transferência, ETVO ou outras infraestruturas.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup> ARBITRAGEM**

1. Todas as questões emergentes da execução ou interpretação deste Acordo serão decididas por recurso à Arbitragem.

2. O Tribunal Arbitral será constituído por três Árbitros, designando cada uma das partes em litígio um deles e sendo o terceiro, que presidirá, designado por acordo dos primeiros nomeados, ou, na falta de acordo, pelo Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa.

3. O Tribunal será constituído e funcionará em Lisboa, de acordo com o disposto na Lei n.º 63/2011, de 14 de Dezembro (Arbitragem Voluntária).

4. As decisões do Tribunal serão irrecorríveis.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup> VIGÊNCIA E DENÚNCIA**

O presente Acordo entra em vigor no dia da sua assinatura e vigora até 31 de março de 2018, renovando-se, automaticamente, por períodos de 3 (três) anos, caso não seja denunciado, por qualquer um dos **SIGNATÁRIOS**, por escrito, com uma antecedência de 60 (sessenta) dias, relativamente ao termo de cada período de vigência.



Feito em 7 (sete) exemplares, em Lisboa, aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ de 2016.

Pela EGF \_\_\_\_\_

Pela CMAMADORA \_\_\_\_\_

Pela CMLISBOA \_\_\_\_\_

Pela CMLOURES \_\_\_\_\_

Pela CMODIVELAS \_\_\_\_\_

Pela CMVFXIRA \_\_\_\_\_

Pela AMO MAIS \_\_\_\_\_ ”

**(Aprovado por unanimidade)**

**REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS  
NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Designação do Eng.º Luís Miguel Duarte Pereira Vaz Galante como representante do Município de Odivelas no Conselho de Administração da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A., para as funções de administrador não executivo, de acordo com a Proposta n.º 10/PRES/2016, datada de 3 de junho.

**(Aprovado por maioria, através de escrutínio secreto, com oito votos a favor e duas abstenções)**

**ACIONAMENTO DE RESERVA DE  
RECRUTAMENTO**

**CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTE OPERACIONAL**

Autorização para acionamento de reserva de recrutamento com vista à contratação de um Assistente Operacional, constituída em resultado do procedimento concursal comum, para ocupação de dezanove postos de trabalho na categoria de Assistente Operacional para a Divisão de Educação, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/5624, de 2016.06.01.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO  
À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**

**PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO  
À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR  
ANO LETIVO 2016/2017**

Programa das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas, para o Ano Letivo 2016/2017. Estas atividades destinam-se a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias, sendo participadas pela administração central e local e pelas famílias de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades. Para a sua implementação aplica-se o previsto nas Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-escolar, constantes no Plano de Ação Social e Transportes Escolares, quanto às condições de acesso, funcionamento e comparticipação financeira (*deliberado na 10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 18 de maio de 2016, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 10/2016, de 31 de maio, pág. 8*), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/5874, de 2016.06.07.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

**(Aprovado por unanimidade)**

**ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA  
NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR  
ACORDOS DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO  
ANO LETIVO 2016/2017**

Acordos de Colaboração e Cooperação Bipartidos (a celebrar entre o Município de Odivelas e os agrupamentos de escolas) e Tripartidos (a celebrar entre o Município de Odivelas, os agrupamentos de escolas e as associações de pais e encarregados de educação das escolas/IPSS's), no âmbito das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas, para o Ano Letivo 2016/2017, nos termos das minutas constantes em anexo à informação n.º Interno/2016/5874, de 2016.06.07, de acordo com o proposto na referida informação.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

**(Aprovado por unanimidade)**





## ENRIQUECIMENTO CURRICULAR 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

### ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2016/2017

Programa de implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do Concelho de Odivelas, para o ano letivo 2016/2017. Programa que se traduz numa oferta educativa e formativa gratuita, de inscrição facultativa, que se desenvolve ao longo do ano letivo e garante uma diversidade de atividades consideradas relevantes para a formação integral dos alunos, de cariz cultural e lúdico e possibilita a articulação com as famílias numa ocupação útil e adequada dos tempos não letivos. O Programa de oferta das Atividades de Enriquecimento Curricular, em cada escola, será planificado pelos Agrupamentos de Escolas em parceria com a Câmara Municipal de Odivelas (Entidade Promotora) e com as Entidades Gestoras Parceiras. De acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/5851, de 2016.06.07.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)

## PROGRAMA MUNICIPAL

### PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO ÀS VISITAS DE ESTUDO ANO LETIVO 2016/2017

Programa municipal de apoio às visitas de estudo, para o ano letivo 2016/2017, a disponibilizar aos estabelecimentos educativos da rede pública do conselho de Odivelas. Programa que visa colaborar no desenvolvimento de uma dimensão da escola em interação com o exterior, contribuindo para que as escolas estabeleçam contactos com estruturas locais e equipamentos relevantes para a formação dos alunos, como monumentos nacionais, museus e exposições temáticas, com o objetivo de facilitar a prática educativa e a identificação com aspetos históricos e culturais, promovendo a ligação entre a escola e o meio envolvente, de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2016/5801, de 2016-06-03 e nos seguintes termos:

“(…) Considerando que:

- 1) A continuidade do Programa de Apoio às Visitas de Estudo, no ano letivo 2016/2017, pressupõe o recurso exclusivo ao transporte municipal;
- 2) A capacidade da frota municipal é constituída atualmente por 198 lugares, distribuídos por 3 viaturas de 51 lugares cada e 1 viatura de 45 lugares, o que se tem vindo a revelar insuficiente para dar resposta a todas as solicitações;
- 3) A utilização intensiva da frota municipal provoca um desgaste do equipamento e subsequente aumento do recurso aos serviços de manutenção e reparação;
- 4) Nos últimos anos temos assistido a uma procura crescente, por parte da comunidade escolar, dos programas e projetos municipais, como o Ser Seguro, o Desporto Escolar, o Do Urbano ao Rural, Projeto SEI, Executivo Municipal Jovem entre outros, com o subsequente decréscimo de disponibilização da frota municipal;
- 5) A comparticipação das visitas de estudo destinadas aos alunos do 2º e 3º ciclo, secundário e profissional é da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência;
- 6) Enquanto o enfoque das orientações curriculares da educação pré-escolar recai na ligação da criança à família, à escola e à comunidade envolvente, os princípios orientadores da gestão do currículo do ensino básico pressupõem a vivência e experimentação de contextos pedagógicos que enriqueçam e complementem o currículo, pelo que o programa de visitas de estudo assume uma importância predominante na prossecução dos objetivos do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Propõe-se que:

- 1) À semelhança dos anos anteriores, a área de abrangência das visitas de estudo se confina aos concelhos situados num perímetro de 75 quilómetros ao redor do Concelho de Odivelas, dada a existência de diversos equipamentos relevantes, cuja função pode ser utilizada para objetivos educativos e pedagógicos;
- 2) Para o ano letivo 2016/2017, sejam consideradas visitas de estudo de meio-dia (09h15/12h00/14h15/17h00) e de dia inteiro (09h15/17h00);
- 3) As crianças do pré-escolar, beneficiem de uma visita de estudo anual, de meio-dia;
- 4) Os alunos do 1º ciclo do ensino básico continuem a beneficiar de 2 visitas de estudo anuais, sendo uma delas de meio-dia;



5) Aos alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico, secundário e profissional da rede pública do concelho de Odivelas, seja disponibilizado apoio em transporte municipal, condicionado à disponibilidade da frota municipal, até ao limite de 2 autocarros / ano por estabelecimento de ensino, destinado a assegurar a participação dos alunos em atividades de mérito e/ou interesse pedagógico (campeonatos, olimpíadas, ...), em território nacional.

6) As direções dos Agrupamentos de Escolas, cada uma na sua unidade orgânica, fiquem responsáveis pela organização das visitas de estudo respeitando os critérios de cedência ora propostos;

7) À semelhança de anos anteriores as visitas de estudo se circunscrevam apenas a visitas com caráter de enriquecimento curricular e pedagógico;

8) A calendarização e a inscrição dos participantes nas visitas de estudo, sejam condicionadas à disponibilidade e à lotação da frota municipal, num máximo de duas viaturas de 51 lugares por cada visita de estudo;

9) O período considerado válido para a realização das visitas de estudo decorra entre 24 de outubro e o final do ano letivo, conforme orientações do calendário escolar para 2016/2017;

10) Sempre que as viaturas municipais compareçam num estabelecimento educativo, para realizar a visita de estudo, e que por motivo que lhe seja imputável a mesma não se realize, esta seja descontada na atribuição do número de visitas no ano letivo subsequente.

Tendo em consideração os critérios de apoio atrás propostos, bem como a estimativa de alunos por nível de ensino e por agrupamento de escolas (anexo 2), propõe-se a atribuição do transporte para as visitas de estudo em conformidade com o mapa seguinte:

Estabelecimento de Ensino	Pré-Escolar (nº de visitas /ano)	1º CEB (nº de visitas /ano)	Total Visitas / autocarros
Agrupamento de Escolas Brancaamp Freire (Pontinha)	6 (meio-dia)	19 (meio-dia) 19 (dia inteiro)	44
Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino (Póvoa Sto. Adrião)	4 (meio-dia)	14 (meio-dia) 14 (dia inteiro)	32
Agrupamento de Escolas de Caneças	5 (meio-dia)	11 (meio-dia) 11 (dia inteiro)	27
Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette	6 (meio-dia)	16 (meio-dia) 16 (dia inteiro)	38
Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas	4 (meio-dia)	10 (meio-dia) 10 (dia inteiro)	24

Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja	5 (meio-dia)	13 (meio-dia) 13 (dia inteiro)	31
Agrupamento de Escolas Vasco Santana	5 (meio-dia)	17 (meio-dia) 17 (dia inteiro)	39
Agrupamento de Escolas D. Dinis	2 (meio-dia)	12 (meio-dia) 12 (dia inteiro)	26

### Metodologia de Trabalho

Tendo presente a redução da frota municipal, a existência de diversos projetos e programas municipais que dependem deste recurso e que as visitas de estudo se farão exclusivamente em transporte municipal, propõe-se, enquanto metodologia de trabalho e articulação entre os diferentes intervenientes:

1) Os agrupamentos de escolas após a marcação das visitas, enviam um mapa à Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos (DISPE), com o destino, horário, número de passageiros por visita e o nº de cadeiras / sistemas de retenção necessários, para o ano letivo 2016/2017, até 07 de Outubro de 2016;

2) A DISPE, em articulação com a DTO, calendariza definitivamente as visitas de estudo e efetua a gestão e o controlo do programa ao longo do ano letivo;

3) Será concedida uma tolerância de 15 minutos na partida e na chegada, após o horário marcado pelo estabelecimento de ensino. Se esta tolerância não for respeitada, os autocarros regressam à Garagem Municipal;

4) A DISPE contactará por escrito, durante o mês de novembro, os agrupamentos de escolas para informação anual relativa aos pedidos de transporte para a realização das visitas de estudo;

5) Por seu lado, os agrupamentos de escolas deverão confirmar, por escrito, a realização da visita de estudo, com um período mínimo de 30 dias úteis de antecedência à data da sua realização. (...)” (*Informação n.º Interno/ 2016/ 5801, de 2016-06-03*)

**(Aprovado por maioria)**



## ACORDO DE COLABORAÇÃO

### **ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA EB1/JI OLIVAL BASTO (APEEOB) ANO LETIVO 2016/2017**

Continuidade do acordo de colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Odivelas e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI Olival Basto (APEEOB), para o ano letivo 2016/2017, acordo que visa estabelecer uma parceria entre as partes, cujo objetivo central é criar as condições necessárias ao transporte das crianças residentes na Quinta da Serra, na Quinta da Várzea e no Bairro da Cassapia, na junta da União das freguesias da Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, que frequentam os estabelecimentos de ensino da rede pública do Concelho de Odivelas, (aprovado na 5ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada no dia 11 de março de 2015, 16ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 26 de agosto de 2015, *Boletins Municipais das Deliberações e Decisões*, n.º 5 de 2015, página 38, n.º 17 de 2015, página 10).

A continuidade do acordo será feita nos mesmos moldes do ano letivo transato, ou seja, manter o mesmo número de alunos a apoiar (50 alunos), bem como a comparticipação mensal a atribuir por aluno, no valor de €22,50 (vinte e dois euros e cinquenta cêntimos). A despesa no ano letivo 2016/2017 terá um valor total de €11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta euros), repartidos da seguinte forma: no 1º período (setembro a dezembro de 2016) a despesa terá o valor de €4.500,00 (quatro mil e quinhentos euros), no 2º e 3º períodos (janeiro e junho de 2017) a despesa terá o valor de €6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta euros), de acordo com o proposto na informação n.º interno/2016/5594, de 2016-06-01.

**(Aprovado por unanimidade)**

## EXTINÇÃO DE PROCEDIMENTO

### **EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO PARA EXPLORAÇÃO DA CAFETARIA DO CENTRO DE EXPOSIÇÕES DE ODIVELAS**

Extinção do procedimento iniciado no âmbito da hasta pública para celebração de contrato de arrendamento comercial para exploração da «Cafetaria» do Centro de Exposições de Odivelas, deliberação tomada na 11ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 03 de junho de 2015, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões* n.º 11 de 2015, página 11), uma vez

que a finalidade a que ele se destina se tornou inútil, em virtude de, no momento da adjudicação definitiva, ter ocorrido a desistência do único interessado a concurso, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/5734, de 2016-06-03.

**(Aprovado por unanimidade)**

## HASTA PÚBLICA

### **HASTA PÚBLICA PARA “ARRENDAMENTO COMERCIAL PARA EXPLORAÇÃO DA «CAFETARIA» DO CENTRO DE EXPOSIÇÕES DE ODIVELAS”**

Considerando a manutenção do interesse, por parte do Município de Odivelas, quanto à exploração económica da «Cafetaria» do Centro de Exposições de Odivelas, pela necessidade de rentabilizar o referido espaço, quer por constituir este um importante e estratégico serviço de apoio, quer ao Centro de Exposições de Odivelas, quer ao Jardim da Música, de acordo com a Informação Interno/2016/5734, de 2016-06-03, propõe-se que a Câmara Municipal de Odivelas delibere aprovar:

- a) O Arrendamento da «Cafetaria» do Centro de Exposições de Odivelas;
- b) O prazo de duração do contrato de arrendamento de 10 (dez) anos;
- c) O preço base da renda comercial mensal a licitar no montante de € 310,00 (trezentos e dez euros);
- d) O Programa de “Hasta Pública para Arrendamento Comercial para Exploração da «Cafetaria» do Centro de Exposições de Odivelas”;
- e) O Caderno de Encargos e;
- f) A nomeação da Comissão encarregue de dirigir o procedimento de Hasta Pública, constituída pelos seguintes elementos:

I. Elementos efetivos:

Presidente – Coordenador do Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral, Dr. Joaquim Coelho;

Vogal Efetivo – Técnica Superior da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas, Dra. Rita Dray;

Vogal Efetivo – Técnico Superior do Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes, Arq.º Orlando Silva;





II. Elementos substitutos do Presidente e dos Vogais efetivos, respetivamente, nas suas faltas e impedimentos:

Técnica Superior do Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral, Dra. Catarina Cardoso;

Técnica Superior da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas, Dra. Andreia Santos;

Técnico Superior do Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral, Dr. Paulo Silva.

**(Aprovado por unanimidade)**

## SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

### **CANDIDATURA AO PAMO – MEDIDA I ASSOCIAÇÃO DOS ESCOTEIROS DE PORTUGAL - GRUPO 9 DO OLIVAL BASTO E PÓVOA DE SANTO ADRIÃO**

Atribuição de um apoio, sob a forma de um subsídio, à Associação dos Escoteiros de Portugal - Grupo 9 do Olival Basto e Póvoa de Santo Adrião, no âmbito da sua candidatura ao Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), Medida I -Atividade Regular-, eixo da juventude, no valor total de €500,00 (quinhentos euros), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/3105, de 2016.03.23.

**(Aprovado por unanimidade)**

### **CANDIDATURA AO PAMO – MEDIDA I CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - AGRUPAMENTO 879 DA PÓVOA DE SANTO ADRIÃO**

Atribuição de um apoio, sob a forma de um subsídio, ao Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 879 da Póvoa de Santo Adrião, no âmbito da sua candidatura ao Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), Medida I -Atividade Regular-, eixo da juventude, no valor total de €500,00 (quinhentos euros), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/4599, de 2016.05.09.

**(Aprovado por unanimidade)**

### **CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL ASSOCIAÇÃO DOS ESCOTEIROS DE PORTUGAL - GRUPO 19 DA PONTINHA**

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, datado de 3 de junho de 2016, a autorizar a atribuição de um apoio, sob a forma de

transporte municipal, à Associação de Escoteiros de Portugal, Grupo 19, da Pontinha, para deslocação a Fátima, no dia 4 de junho de 2016, no âmbito da realização por essa entidade de uma atividade de espeleologia, com o custo total estimado em €222,56, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/5812, de 2016.06.06.

**(Aprovado por unanimidade)**

### **CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL IGREJA BATISTA DA RAMADA**

Atribuição de um apoio, sob a forma de transporte municipal, à Igreja Baptista da Ramada, para deslocação a praia fluvial de Ortiga, em Torres Novas, no dia 26 de junho de 2016, no âmbito de atividades dessa entidade com a comunidade juvenil do Concelho de Odivelas, com o custo total estimado em €200,94, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/4966, de 2016.05.17.

**(Aprovado por unanimidade)**

### **COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DO AMBIENTE PATROCÍNIOS**

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, a autorizar a aceitação dos patrocínios das seguintes empresas, sob a forma de doação de produtos, no âmbito da comemoração do Dia Mundial do Ambiente/2016, durante a semana de 30 de maio a 3 de junho de 2016, no valor total de €5.389,10, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/5499, de 2016.05.30:

- Mosaico - Publicidade  
Painel alusivo ao tema  
Total: 184,50€

- Ferrovia Serviços  
100 bonés - 145,00€  
100 sacos - 137,00€  
Total: 282,00€

- OAPM – Construção Civil  
Insuflável Aldeia dos Índios  
Total: 229,00€

- Decathlon Loures  
72 cxs Barras de cereais  
Total: 71,28€

- Verdena  
400 lápis  
Total: 175,00€



- Simopeças  
300 fitas porta-chaves  
Total: 360,00€

- Mini Preço – Colinas Cruzeiro  
20kg bananas - 21,60€  
48 garrafas de águas de 50cl - 5,76€  
48 pacotes de bolacha Maria - 13,92€  
Total: 41,28€

- Informantem  
350 lancheiras sandwich  
Total: 366,00€

- Joaquim Chaves Saúde  
200 tubos de ensaio - 7,19€  
200 pipetas - 4,02€  
200 luvas descartáveis - 11,07€  
Total: 22,28€

- Rodoviária de Lisboa  
Transporte de crianças em viatura de serviço público  
Total: 360,00€

- EGEO  
200 copos dobráveis - 270,60€  
200 porta pensos rápidos - 127,92€  
320 frisbiees - 332,10€  
Total: 730,62€

- Sogaruop  
400 mochilas  
Total: 565,80€

- Frufresh  
14kg laranja - 39,36€  
50kg maçã - 49,20€  
36kg banana - 38,08€  
Total: 126,64€

- Arborlusitania  
10 Acer sacharinum (10/12) – 200,00€  
10 Tilia tomentosa (20/250) – 100,00€  
Total: 300,00€

- Biosarg  
350 chapéus – 591,00€  
28 T-shirts – 164,00€  
Total: 755,00€

-+Ani+- botique de animais  
Amtra Multi Check 6 – 6 cxs  
Total: 119,70€

- Ambigroup  
Canetas – 145,00€  
Blocos de Notas – 190,00€  
Total: 335,00€

- Continente Bom Dia Odiveelas  
300 águas  
Valor total aproximado: 30,00

- Bimbo  
Sortido pastelaria  
Valor total aproximado: 100,00€

- Delta Cafés  
Biscoitos canela  
Pacotes de cacau  
Valor total aproximado: 100,00€

- LIDL  
300 águas - 30,00€  
300 barras de cereais Crowni SK6 - 55,00€  
300 néctares de pera - 50,00€  
Valor total aproximado: 135,00€

**(Aprovado por unanimidade)**

## PROCESSOS PARTICULARES

### **ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2001 PARA O LOTE B100 DO BAIRRO DOS PEDERNAIS UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS PROCESSO N.º 33688/LO/GI**

Alteração ao alvará de Loteamento n.º 7/2001 para o Lote B100, inserido no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de Guilhermino Augusto Cabral. A alteração de intervenção tem como principal objetivo a viabilização da edificação pré-existente no lote B100, através do ajustamento do instrumento de gestão urbanística, o alvará de loteamento no que diz respeito à área de construção, número de fogos, número de ocupações e número de pisos, e conformando-o com a realidade edificada, nos termos da informação técnica n.º 70/RD/DRRU/DGOU/16, de 2016-05-25 e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 7620 do processo, de 06-06-2016, nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e nº 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;



• Aceitação do valor 1.270,35€, como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (8,36m<sup>2</sup>), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

Relativamente aos parâmetros urbanísticos de cada lote temos a seguinte alteração:

	Alvará Loteamento	Alteração Proposta	Diferencial
	Lote B100	Lote B100	Lote B100
Área lote	367,20 m <sup>2</sup>	367,20 m <sup>2</sup>	-
Área implantação	110,90 m <sup>2</sup>	110,90 m <sup>2</sup>	-
Nº Pisos	2 + cv	3	+1
Área construção	221,80 m <sup>2</sup>	335,00 m <sup>2</sup>	113,20 m <sup>2</sup>
Número fogos	2	3	+1
Número de Ocupações	1	0	-1

Os valores alterados foram representados a negrito.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ALTERAÇÃO DE ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2003  
PARA O LOTE 3 DO BAIRRO VALE PEQUENO  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES  
PROCESSO N.º 47685/RC**

Alteração ao alvará de Loteamento n.º 1/2003, para o Lote 3, inserido no Bairro Vale Pequeno, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, em nome de Maria Irene Brás Serralheiro Ferreira. A alteração compreende o aumento de área de implantação e construção, por forma a viabilizar a legalização da construção existente no lote 3, através do ajustamento do instrumento de gestão urbanística, o alvará de loteamento, no que diz respeito às áreas de implantação e construção, e por sua vez, conformando-o com a realidade edificada, nos termos da informação técnica n.º 72/RD/DRRU/DGOU/16 de 2016-05-25, e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 5779 do processo, de 2016-06-06, nas seguintes condições:

• Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no

n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

• Aceitação do valor 8.710,99€, como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (57,00m<sup>2</sup>), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

Relativamente aos parâmetros urbanísticos de cada lote temos a seguinte alteração:

Alvará n.º 1/2003						
Lote	Área Lote (m <sup>2</sup> )	Pisos	Fogos	Uso	Área Impl. (m <sup>2</sup> )	Área Const. (m <sup>2</sup> )
3	463	2	-	C	428	628

Alteração ao Alvará n.º 1/2003						
Lote	Área Lote (m <sup>2</sup> )	Pisos	Fogos	Uso	Área Impl. (m <sup>2</sup> )	Área Const. (m <sup>2</sup> )
3	463	2	-	C	<b>440</b>	<b>856</b>

Os valores alterados foram representados a negrito.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2007  
PARA O LOTE 3 DO BAIRRO QUINTA DA FONTE  
FREGUESIA DE ODIVELAS  
PROCESSO N.º 3015/LO/GI**

Alteração ao alvará de Loteamento n.º 4/2007 para o Lote 3, inserido no Bairro Quinta da Fonte, na Freguesia de Odívalas, em nome de Cristina Isabel Alves Vicente e Dina Filipa Alves Vicente. As alterações consistem no parcelamento do lote existente em dois, com acréscimo de área de implantação e construção, alterando a tipologia de moradia bifamiliar isolada para duas moradias unifamiliares geminadas, nos termos da informação técnica n.º 49/TR/DRRU/DGOU/16 de 2016-06-03, e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 1437 do processo, de 2016-06-06.

A proposta de alteração à licença de loteamento caracteriza-se pelos seguintes indicadores urbanísticos:

Alvará 4/2007						Pretensão					
Lote	Área Lote	Área Impl.	Área Cons.	fogos	Área Habit.	Lote	Área Lote	Área Impl.	Área Cons.	fogos	Área Habit.
3	608 m <sup>2</sup>	150 m <sup>2</sup>	300 m <sup>2</sup>	2	300 m <sup>2</sup>	3	306 m <sup>2</sup>	100 m <sup>2</sup>	200 m <sup>2</sup>	1	200 m <sup>2</sup>
						3A	302 m <sup>2</sup>	100 m <sup>2</sup>	200 m <sup>2</sup>	1	200 m <sup>2</sup>
Diferencial:							0 m <sup>2</sup>	+ 50 m <sup>2</sup>	+100 m <sup>2</sup>	0	+ 100 m <sup>2</sup>

**(Aprovado por maioria)**



**SUBSTITUIÇÃO DA HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO DE CAUÇÃO  
UNIÃO DE FREGUESIA DE PONTINHA E FAMÕES  
BAIRRO SOL NASCENTE, LOTE 154  
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2007**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 154, da Rua 16 de abril, inserida no Bairro Sol Nascente, União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 13506 de 2016-05-27 do Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 2.915,67 (dois mil, novecentos e quinze euros e sessenta e sete cêntimos), em nome de Iolanda Cristina Barreira Pereira, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 5/2007, de 27 de dezembro, de acordo com o proposto na informação n.º 38.2016, de 2016-06-06 e na informação técnica n.º 60/RO/DRRU/DGOU/16, de 2016-06-03.

**(Aprovado por unanimidade)**

**EXECUÇÃO E LIGAÇÃO DE RAMAL DE ABASTECIMENTO DE  
ENERGIA ELÉTRICA E INSTALAÇÃO DE CONTADOR  
“LOTE 305” BAIRRO VALE DO FORNO, FREGUESIA DE ODIVELAS**

Emissão de parecer favorável para a execução e ligação de ramal de eletricidade para armazém destinado a atividade económica, do proprietário Abdul Aziz Normohomed, com instalação de um contador na Rua do Sr. Roubado, “Lote 305”, Bairro Vale do Forno, da Freguesia de Odivelas, ao abrigo do n.º 5 e n.º 7 do artigo 98.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização, na condição desta autorização ser a título precário e não constituir quaisquer direitos adquiridos para efeitos de legalização de qualquer construção no terreno, nem para a continuação da ligação no caso de corte à referida infraestrutura por deliberação da Câmara Municipal de Odivelas. De acordo com o proposto na informação Edoc/2016/16175, de 2016-06-06.

**(Aprovado por unanimidade)**

**EXECUÇÃO E LIGAÇÃO DE RAMAL DE ABASTECIMENTO DE  
ÁGUA COM INSTALAÇÃO DE UM CONTADOR  
“LOTE 305” BAIRRO VALE DO FORNO, FREGUESIA DE ODIVELAS**

Emissão de parecer favorável para a execução e ligação do ramal de abastecimento de água para armazém destinado a atividade económica, do proprietário Abdul Aziz Normohomed, com instalação de um contador, na Rua do Sr. Roubado, “Lote 305” do Bairro Vale do Forno, da Freguesia de Odivelas, ao abrigo do n.º 5 e n.º 7 do artigo 98.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização, na condição desta autorização ser a título precário e não constituir quaisquer direitos adquiridos para efeitos da legalização de qualquer construção no terreno, nem para a continuação da ligação no caso de corte à referida infraestrutura por deliberação da Câmara Municipal de Odivelas. De acordo com o proposto na informação, Edoc/2016/16176, de 2016-06-06.

**(Aprovado por unanimidade)**

## CÂMARA MUNICIPAL

### 1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 21 de junho de 2016

## DELIBERAÇÕES

### PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2015

#### PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2015

Prestação de contas consolidadas do ano de 2015 do Município de Odivelas, nos termos e para os fins previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, de acordo com o proposto na informação n.º 2016/6231, de 2016.06.16.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

**(Aprovado por maioria)**

## CLUBE DO MOVIMENTO

#### COMEMORAÇÃO DOS 15 ANOS DO CLUBE DO MOVIMENTO

Realização de um almoço e baile para comemoração dos 15 anos do Clube do Movimento, dia 24 de junho de 2016, no Pavilhão Multiusos de Odivelas, cujo preço é de €10,00 (dez euros), com iva incluído, por cada munícipe do Clube do Movimento que queira participar, para fazer face à despesa prevista com o serviço de refeições, sendo que os participantes que estão referenciados como carenciados não irão pagar o valor fixado, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/6261, de 2016.06.17.

**(Aprovado por maioria)**



## UNIDADES ORGÂNICAS

## DESPACHOS

## OUTROS DESPACHOS

### DESPACHO N.º 01/DCTPCB/2016

Assunto: Delegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito do Setor de Dinamização Cultural da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas

Nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 16º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, delegeo, no período de **30 de junho a 13 de julho de 2016**, na Técnica Superior **Rita Ferreira Machado Dray** a assinatura de correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito do Setor de Dinamização Cultural da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas.

Odivelas, 23 de junho de 2016

A Chefe de Divisão de Cultura, Turismo,  
Património Cultural e Bibliotecas

(Helena Jardim)

### DESPACHO N.º 02/DCTPCB/2016

Assunto: Delegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito do Setor de Património Cultural da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas

Nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 16º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, delegeo, no período de **30 de junho a 13 de julho de 2016**, na Técnica Superior **Maria Fernanda Patrocínio Moroso** a assinatura de correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito do Setor de Património Cultural da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas.

Odivelas, 23 de junho de 2016

A Chefe de Divisão de Cultura, Turismo,  
Património Cultural e Bibliotecas

(Helena Jardim)

### DESPACHO N.º 03/DCTPCB/2016

Assunto: Delegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito do Setor de Bibliotecas da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas

Nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 16º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, delegeo, no período de **30 de junho a 13 de julho de 2016**, na Técnica Superior **Andreia Sofia Silva Santos** a assinatura de correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito do Setor de Bibliotecas da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas.

Odivelas, 23 de junho de 2016

A Chefe de Divisão de Cultura, Turismo,  
Património Cultural e Bibliotecas

(Helena Jardim)

### DESPACHO N.º 04/DCTPCB/2016

Assunto: Delegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito dos Serviços afetos ao Centro Cultural Malaposta - Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas

Nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 16º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, delegeo, no período de **30 de junho a 10 de julho de 2016**, na Técnica Superior **Vera Alexandra Guerreiro de Almeida** a assinatura de correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito dos Serviços afetos ao Centro Cultural Malaposta - Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas.

Odivelas, 23 de junho de 2016

A Chefe de Divisão de Cultura, Turismo,  
Património Cultural e Bibliotecas

(Helena Jardim)





**DESPACHO N.º 07/DGOU/2016**

Assunto: Subdelegação de competências do Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, Arq.º António Henrique Moreira de Sousa, na Chefe da Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, Arq.ª Ana Paula Figueiredo Viegas Murgeiro

Nos termos do artigo 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e demais legislação habilitante, e ao abrigo do Despacho de Subdelegação de Competências n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, subdelego, na Chefe da Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, **Arq.ª Ana Paula Figueiredo Viegas Murgeiro**, nos dias 27 de junho a 1 de julho de 2016, as competências que me foram subdelegadas e que constam do supra citado Despacho, que serão exercidas no âmbito do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, durante o meu período de férias.

As competências subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, bem como poderão ser revogados quaisquer actos praticados pelo subdelegado nos termos legalmente previstos.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer competência subdelegada relativa a determinado processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer actos ou iniciativas susceptíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 16 de junho de 2016

O Diretor do Departamento de  
Gestão e Ordenamento Urbanístico

No uso da competência que me foi subdelegada pelo Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira, através do Despacho n.º 15/VPCT/2015

António de Sousa, Arq.º

**DESPACHO N.º 8/DGOU/2016**

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro,

diploma que aplica à Administração Local a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redação em vigor, conjugado com o artigo 46.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, **subdelego** na Técnica Superior, Arq.ª **Rita de Sousa Ribeiro Diogo**, durante o período compreendido entre os dias **29 de junho e 1 de julho de 2016**, por ausência (férias) da respetiva Chefe de Divisão, a assinatura da correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito da **Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana**.

Odivelas, 21 de junho de 2016

O Diretor do Departamento de Gestão e  
Ordenamento Urbanístico

No uso da competência que me foi subdelegada pelo Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira, através do Despacho 15/VPCT/2015,

António de Sousa, Arq.º

**DESPACHO N.º 9/DGOU/2016**

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, diploma que aplica à Administração Local a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redação em vigor, conjugado com o artigo 46.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, **subdelego** no Técnico Superior, Arq.º **Telmo Figueiredo de Albuquerque Pina**, durante o período compreendido entre os dias **30 de junho a 8 de julho de 2016**, por ausência (férias) da respetiva Chefe de Divisão, a assinatura da correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito da **Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes**.

Odivelas, 21 de junho de 2016

O Diretor do Departamento de Gestão e  
Ordenamento Urbanístico

No uso da competência que me foi subdelegada pelo Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira, através do Despacho 15/VPCT/2015,

António de Sousa, Arq.º



**DESPACHO N.º 10/DGOU/2016**

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, diploma que aplica à Administração Local a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redação em vigor, conjugado com o artigo 46.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, **subdelego** na Técnica Superior, Arq.<sup>a</sup> **Tânia Raquel Ferreira Coelho Ribeiro e Silva Claro Russo**, durante o período compreendido entre os dias **4 a 8 de julho de 2016**, por ausência (férias) da respetiva Chefe de Divisão, a assinatura da correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito da **Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana**.

Odivelas, 21 de junho de 2016

O Diretor do Departamento de Gestão e  
Ordenamento Urbanístico

No uso da competência que me foi subdelegada pelo Sr. Vereador Paulo  
César Prata Teixeira, através do Despacho 15/VPCT/2015,

António de Sousa, Arq.º

**EDITAIS**

**EDITAL N.º 55/PRES/2016**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**  
**Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 3/2007**  
**Bairro Quinta das Canoas**  
**– União das Freguesias de Pontinha e Famões**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2007 do Bairro Quinta das Canoas para o lote 13 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 46796/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 12 de maio de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

**EDITAL N.º 56/PRES/2016**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**  
**Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 8/89**  
**Bairro Novo do Trigache**  
**– União das Freguesias de Pontinha e Famões**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 8/89 do Bairro Novo do Trigache para os lotes 55, 58 e 75 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.



O processo de loteamento n.º 29896/OM encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 13 de maio de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)





## AVISOS

### AVISO

Alvará de Loteamento n.º 8/89 – B.º Novo do Trigache – Pontinha/Famões

### 3.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 10 de fevereiro de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 8/89, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Ana Cristina Campos Duarte Ribeiro e Outros.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

#### 1. Parâmetros urbanísticos alterados

##### 1.1. Parâmetros urbanísticos do lote:

	Alvará n.º 8/89	Proposta de Alteração ao Alvará n.º 8/89
Lote	Área Lote (m2)	Área Lote (m2)
49	280,00	380,00
73	358,00	420,85

Os valores alterados foram representados a negrito.

##### 1.2. Parâmetros do Loteamento:

	Alvará n.º 8/89	Proposta de Alteração ao Alvará n.º 8/89	Dif.
Área Total de Lotes	29 266,87 m²	29 429,72 m²	+162,85 m²

Os valores alterados foram representados a negrito.

#### 2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos, espaços verdes de utilização pública e estacionamento.

Paços do Concelho, 17 de maio de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



## AVISO

Alvará de Loteamento n.º 10/2003 – B.º Casal das Comendadeiras – Pontinha/Famões

### 5.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 10 de fevereiro de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 10/2003, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Fernando Luís dos Santos e Outros.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

#### 1. Parâmetros urbanísticos alterados

##### 1.1. Aos parâmetros urbanísticos do lote:

Alvará de loteamento em vigor						Proposta de alteração				
Lote	A. Lote	A.I.	A.C.	Fogos	A. Hab.	A. Lote	A.I.	A. C.	Fogos	A. Hab.
25	1150m2	230m2	420m2	2	420m2	<b>1137,75m2</b>	230m2	420m2	3	420m2

Os valores alterados foram representados a negrito.

#### 2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos e espaços verdes.

As necessidades de estacionamento público serão asseguradas mediante a criação de dois (2) lugares de estacionamento, quer por cedência de área do lote de molde a assegurar um lugar de estacionamento com as dimensões previstas no ponto 2.8.2 do Decreto-Lei n.º 163/2006 de 08/08, quer mediante a execução de obras na via pública com marcação por pintura, sendo os trabalhos necessários executar desenvolvidos no âmbito da legalização da edificação presente no lote.

Quanto ao estacionamento privado, no âmbito da legalização da edificação, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o regulamento do bairro, devendo também ser cumprido o disposto no Artigo 101º do RMEU.

Paços do Concelho, 19 de maio de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



**AVISO**

Alvará de Loteamento n.º 7/92 – B.º Moinho do Baeta – Ramada/Caneças

**7.º ADITAMENTO**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 26 de agosto de 2015, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 7/92, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de António Fernandes e Outro.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

**1. Parâmetros urbanísticos alterados**

**1.1. Aos parâmetros urbanísticos do lote:**

Lote			Área		Área de construção				Usos			
N.º	Área		Implantação		Habitação		Act. Econom.		Fogos		Act. Econ.	
	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.
157	241,00	241,00	133,20	178,00	164,2	273	80	0,00	1	2	1	0
159	396,50	386,50	237,90	280,00	336,2	455	100	0,00	2	2	1	0

Os valores alterados foram representados a negrito.

**2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento**

De acordo com o previsto no art.º 6º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação em vigor, pela falta de áreas de cedência para equipamentos de utilização coletiva, foi aceite a compensação em numerário nos termos previstos no art.º 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, para os espaços verdes e de utilização coletiva, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m², nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização. No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento.

Paços do Concelho, 19 de maio de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



## DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

### GESTÃO E ORDENAMENTO URBANÍSTICO

**Listagem dos despachos efetuados pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, em processos de operações urbanísticas, durante o mês de abril de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/6040, de 2016.06.13:**

Processo n.º 13558/CP/OP/GI  
Nome: Manuel Rosa da Silva  
Assunto: Vistoria ao abrigo do art.º 1415º do Código Civil – Constituição de Propriedade Horizontal  
Local: Rua das Flores, lote 7, Bº Quinta das Canoas – UF de Pontinha e Famões  
Data de despacho: 11.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Homólogo o Auto de Vistoria

Processo n.º 13990/CP/OP/GI  
Nome: Ernesto Ribeiro Tadeu  
Assunto: Vistoria ao abrigo do art.º 1415º do Código Civil – Constituição de Propriedade Horizontal  
Local: Rua Mira Sol, lote 811, B.º Casal da Silveira – UF de Pontinha e Famões  
Data de despacho: 21.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Homólogo o Auto de Vistoria

Processo n.º 4540  
Nome: Francisco Oliveira  
Assunto: Vistoria ao abrigo do art.º 1415º do Código Civil – Constituição de Propriedade Horizontal  
Local: Rua Luís de Camões, nº 8 – Freguesia de Odivelas  
Data de despacho: 28.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Homólogo o Auto de Vistoria

**Listagem dos despachos efetuados pelo Vereador da Câmara Municipal de Odivelas, Paulo César Teixeira, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 105/PRES/2015, de 27 de outubro, durante o mês de abril de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/6042, de 2016.06.13:**

Processo n.º 499/2015/OP/GI  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de terrenos e Outras OU  
Local: Rua dos Lírios Lote 263 – B. Casal do Rato – Pontinha  
Data de despacho: 01.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura. Notifique-se

Processo n.º 3/2016/OP/GI  
Nome: Américo Gonçalves Simões  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Pedro Nunes – Lote 328 – Ramada

Data de despacho: 01.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura. Notifique-se

Processo n.º @324/2015  
Nome: Maria Fátima Lopes Soares Moreira Monteiro  
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização  
Local: Rua de Santa Rita Pintor – Lote 232 – B.º Trigache Norte – UF da Pontinha e Famões  
Data de despacho: 01.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Declaro a caducidade da licença

Processo n.º 73/2015/OP  
Nome: Assoc. do Salão Reino das Congregações B. Novo Falagueira e Venda Nova  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Enfermeiro Fernando Calheiros 7 – Caneças  
Data de despacho: 05.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/ Indeferido o pedido de Licenciamento

Processo n.º 189/2015/OP  
Nome: HP Life – Empreendimentos Imobiliários, SA  
Assunto: Licenciamento de Obras e Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua 20 de Dezembro, n.º 10 – Caneças  
Data de despacho: 05.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura. Notifique-se

Processo n.º 33/2016/D/OVP  
Nome: NOS – Comunicações, SA  
Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Art. 18º do DL n.º 555/99 de dezembro na sua atual redação  
Local: Largo da República junto ao n.º 3 e 3 A - Odivelas  
Data de despacho: 05.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Defiro o pedido de licença. Notifique-se

Processo n.º 318/2015/OP/GI  
Nome: Josué da Silva Domingos  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidades  
Local: Rua 1º Janeiro, lote 43 – B.º Novo Trigache – Famões  
Data de despacho: 06.04.2015  
Teor do Despacho: Concordo/Deferido o pedido de Licenciamento

Processo n.º 318/2015/OP/GI  
Nome: Josué da Silva Domingos  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Rua 1º Janeiro, Lote 43 - B.º Novo Trigache – Famões  
Data de despacho: 06.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Deferido o pedido de Licenciamento

Processo n.º 7/2016/OP/GI  
Nome: António Dias da Fonseca  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Major João Luís de Moura, Lote 107 – B.º Milharada - Pontinha  
Data de despacho: 06.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto. Notifique-se



Processo n.º 477/2015/OP/GI

Nome: João Maria Simões

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua 24 de Junho – Lote 113 – B.º Casal do Rato – Pontinha

Data de despacho: 06.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto. Notifique-se

Processo n.º 34/2016/OP

Nome: A Padaria Portuguesa CQ – Atividades Hoteleiras, Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Casal da Troca – Estrada da Paiã – Lote 1 - Odivelas

Data de despacho: 07.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto. Notifique-se

Processo n.º 69/2016/OP/GI

Nome: Luís Manuel Rosa

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua do Paleolítico, lote 10 – B. Castelo Poente – Ramada

Data de despacho: 07.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto – Notifique-se

Processo n.º 246/2015/OP/GI

Nome: Perpétua Rosário Correia Martinho

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidades

Local: Rua Humberto Delgado Lote 196 – B.º Casal do Bispo - Famões

Data de despacho: 11.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Deferido o pedido. Notifique-se

Processo n.º 125/2015/IP

Nome: Daniela dos Santos Cid

Assunto: Informação Prévia

Local: Terra Ilha das Cobras – Caneças

Data de despacho: 11.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Emita-se parecer favorável. Notifique-se

Processo n.º 5764/RC

Nome: Luís Santos

Assunto: Pedido de Condicionamento de Trânsito por motivos de obras

Local: Rua Egas Moniz – Bairro Girassol – União das Freguesias de Ramada e Caneças

Data de despacho: 11.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Deferido. Notifique-se

Processo n.º @53/2014

Nome: José António Franco de Matos

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Humberto Delgado, lote 195 – Bairro Casal do Bispo – Famões

Data de despacho: 11.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Indeferida. Notifique-se

Processo n.º 447/2015/OP/GI

Nome: Manuel Belo Matos

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cidade de Torres Vedras, Lote 433 – B.º Casal São Sebastião - Famões

Data de despacho: 11.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto. Notifique-se

Processo n.º 197/2015/OP/GI

Nome: Pedro Miguel Cristóvão Cardoso

Assunto: Aprovação dos projetos de Especialidades

Local: Rua do Bonfim, lote 252 – B.º Casal do Bispo – Famões

Data de despacho: 11.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Deferido o Pedido. Notifique-se

Processo n.º @37/2016

Nome: Mihail Stratila

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Alexandre Herculano, n.º 21 – Odivelas

Data de despacho: 11.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Determino a realização da vistoria.

Processo n.º @39/2015

Nome: Elías Moita Rosa Mota

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua 25 de Abril, lote 346 – B.º Vale Pequeno – Pontinha

Data de despacho: 19.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a Autorização de Utilização

Processo n.º 5998/OP

Nome: Pontiprédio – Construção Civil, S.A

Assunto: Licença Administrativa – n.º 2 do Art.º 4 do Dec. Lei n.º 555/99 na sua nova redação.

Local: Rua General Humberto Delgado, lote 7 (Estrada da Paiã), lote 14 Rua M – UF da Pontinha e Famões

Data de despacho: 19.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a pretensão. Notifique-se

Processo n.º 5996/OP

Nome: Pontiprédio – Construção Civil, S.A

Assunto: Licença Administrativa – n.º 2 do Art.º 4 do Dec. Lei n.º 555/99 na sua nova redação.

Local: Rua General Humberto Delgado, lote 12, Lote 6 (Estrada da Paiã), Lote 13 Rua M – UF da Pontinha e Famões

Data de despacho: 19.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Pretensão. Notifique-se

Processo n.º @424/2015

Nome: Auto 70 LDA

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Júlio Borba, Lote 4ª – Póvoa de Santo Adrião

Data de despacho: 19.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a autorização de utilização

Processo n.º 364/2015/OP/GI

Nome: VMN, Imobiliária S.A

Assunto: Aprovação dos projetos de Especialidades

Local: Rua Soeiro Pereira Gomes, lote 883 – Bairro Casal Novo – Famões

Data de despacho: 20.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença



Processo n.º 45/2016/D/OVP

Nome: Constanti Velnita

Assunto: Outras Operações Urbanísticas – art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 dezembro na sua redação atual  
Local: Rua Cidade de Lamego, lote 474 – B.º Casal Vale Grande – UF da Pontinha e Famões

Data de despacho: 21.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Deferir o pedido de Licença

Processo n.º 35581/OCP/OC

Nome: Manuel Moura Monteiro

Assunto: Licença Especial para obras inacabadas – art.º 88 do Dec. Lei n.º 555/99 de 16/12 na sua atual redação  
Local: Rua Sacadura Cabral, lote 88 – Bairro Novo de Santo Eloy – UF de Pontinha e Famões

Data de despacho: 21.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Licença

Processo n.º 479/2015/OP/GI

Nome: Guilherme de Jesus Ribeiro

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua da Associação, Lote 90 – B.º do Girassol – Ramada

Data de despacho: 21.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura.

Processo n.º 478/2015/OP/GI

Nome: Adelino Gaspar Alves

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Aquilino Ribeiro Lote 59 – B.º Sete Quintas – Caneças

Data de despacho: 21.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado projeto de Arquitetura

Processo n.º 329/2015/IP

Nome: Grudens Portugal Lda.

Assunto: Informação prévia

Local: Rua Marechal Gomes da Costa S/N - Pontinha

Data de despacho: 27.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Emita-se parecer desfavorável

Processo n.º 47251/RC

Nome: Aniceto Rodrigues da Silva

Assunto: Licença Administrativa – n.º 2 do art.º 4 do Dec-Lei n.º 555/99 de 16/12, com a redação que foi conferida pelo Dec-Lei n.º 136/136/2014 de 09/09

Local: Bairro Novo de Santo Eloy – UF de Pontinha e Famões

Data de despacho: 28.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Rejeitada Liminarmente

Processo n.º 488/2015/OP/GI

Nome: Bernardino Reis Paulus

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Ferreira de Castro, Lote 27 – B.º Alto de Famões

Data de despacho: 29.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Aprovo o projeto de Arquitetura

Processo n.º 461/2015/OP/GI

Nome: João Ramos

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação – Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua de Belém, Lote 117 – B.º Moinho do Bacta – Caneças

Data de despacho: 29.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de Arquitetura

Processo n.º 392/2015/OP/GI

Nome: Maria Júlia Joaquina Gertrudes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação – Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Paulo Renato, Lote 997 – Bairro Casal Novo - Famões

Data de despacho: 29.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Indefiro o pedido

**Listagem dos despachos emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, referente a Autorizações de Utilização, Comunicações Prévias e Rejeições Liminares, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de abril de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/6045, de 2016.06.13:**

Processo n.º @343/2015

Nome: Abílio Sousa Cupertino

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua General Norton de Matos – Lote 19 – B.º Novo Santo Eloy

Data de despacho: 01.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º 27145/OCP

Nome: Triniti – Sociedade de Investimentos e Administração de Propriedades, Lda.

Assunto: Autorização de Alteração de Utilização – art.º 62 do Dec-Lei n.º 555/99 com a redação atual

Local: Rua José Duarte Lexim, lote 7 – UF de P. S. Adrião e Olival Basto

Data de despacho: 04.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Autorização de Alteração

Processo n.º @17/2016

Nome: Maria Odete Ribeiro

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Cidade de Constância – Lote 6 – B.º Casal de São Sebastião

Data de despacho: 04.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º @17/2016

Nome: Maria Odete Ribeiro Tadeu de Oliveira

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Cidade de Constância, Lote 6 – B.º Casal de São Sebastião - Famões

Data de despacho: 04.04.2016

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º 467/2015/OP/GI

Nome: Aurélio Fernandes Gomes

Assunto: Comunicação Prévia de Obras e Edificação e Remodelação de Terrenos



Local: Avenida Luís de Camões, Lote 26A - Famões  
Data de despacho: 04.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 10/2014/OP/GI  
Nome: António Guerreiro  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Eng.º Adelino Amaro da Costa – 121 - Famões  
Data de despacho: 05.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º 331/2015/OP  
Nome: José Baltazar e Filho Lda.  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Urbanização Pedreira dos Pedernais – Ramada  
Data de despacho: 05.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 90/2015/OP/GI  
Nome: Vitor Manuel Caseiro  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua B, Lote 2 . B.º do Canhamato - Caneças  
Data de despacho: 05.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida

Processo n.º @402/2015  
Nome: Luísa Maria Lavrador Bernardino Caeiro  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Prof. Maria Lamas, Lote 97 - Caneças  
Data de despacho: 05.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º @321/2015  
Nome: Vitorino Manuel da Silva Tavares  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Ivone Silva, Lote 868 – Bairro Casal Novo – Caneças  
Data de despacho: 05.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º 64/2015/OP/GI  
Nome: Maria Isabel Monteiro Costa  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Eng. Duarte Pacheco, lote 629 – B.º dos Quatro – Famões  
Data de despacho: 06.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º @408/2015  
Nome: F.P & Sequeira, Lda.  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Capitão Reneto Baptista, Lote 507 – B.º Casal da Silveira – Famões  
Data de despacho: 06.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @237/2015  
Nome: Miquelina de Almeida  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Machado de Castro, Lote 497 – B. Casal da Silveira – Famões

Data de despacho: 06.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a Autorização de Utilização

Processo n.º 111/2015/OP/GI  
Nome: Adelina Augusta Tiago Rodrigues  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: B. Moinho do Baeta, Lote 39 – Caneças  
Data de despacho: 07.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @193/2015  
Nome: Fabio Henrique Lopes Teixeira  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Júlio Dinis, Lote 506 – Bairro dos Quatro – Famões  
Data de despacho: 07.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º @384/2015  
Nome: Jaime Vieira Ramos  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua da Paz, Lote 631 – B.º Casal Novo - Caneças  
Data de despacho: 07.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @43/2016  
Nome: Maria de Fátima Pereira Laja Ferreira  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Vieira da Silva, Lote 35 – B.º da Milharada – Pontinha  
Data de despacho: 08.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a Autorização de Utilização

239.  
Processo n.º @163/2015  
Nome: Fernando Gonçalves Caetano  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua 1º de Maio, Lote 39 – B.º Casal da Silveira – Famões  
Data de despacho: 08.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 187/2015/OP/GI  
Nome: José Cardoso Paulo  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Quinta da Silveira, Lote 535 – B.º Casal da Silveira - Famões  
Data de despacho: 08.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º 9/2016/OP  
Nome: Ruben Miguel Ramos Silva  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Ponte da Bica - Ramada  
Data de despacho: 11.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @30/2016  
Nome: Maria de Lourdes Silva Leitão Mendes  
Assunto: Autorização de Utilização





Local: Rua Natália Correia n.º 28 - B. da Milharada - Pontinha  
Data de despacho: 11.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @49/2016  
Nome: José Lopes Matias  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Paulo Renato, lote 977 - B. Casal Novo - Caneças  
Data de despacho: 11.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 11/2016/OP/GI  
Nome: Alcino Ferreira da Costa  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Feliciano António Carvalho, Lote 18 - B.º Alto de Famões - Famões  
Data de despacho: 11.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @89/2014  
Nome: Dinis Marques Martinho  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Av.ª Luís de Camões Lote 9 - Quinta das Pretas - Famões  
Data de despacho: 11.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida

Processo n.º 96/2014/OP/GI  
Nome: Olívio São Pedro Mendes  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua 1.º Janeiro, Lote 72 - B.º Novo Trígache - Famões  
Data de despacho: 11.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 104/2015/OP/GI  
Nome: José Manuel da Costa Lourenço  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua de Belém - Lote 97 - B.º Moinho do Baeta - Caneças  
Data de despacho: 11.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 11/2016/OP/GI  
Nome: Alcino Ferreira da Costa  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Feliciano António Carvalho, Lote 18 - B.º Alto de Famões - Famões  
Data de despacho: 11.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 406/2015/OP/GI  
Nome: João Peres Barata  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua da Índia, Lote 170 - B.º Moinho do Baeta - Famões  
Data de despacho: 13.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se

Processo n.º 483/2015/OP/GI  
Nome: Augusto Manuel Jorge Timóteo  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Armindo de Stau Monteiro, Lote 230 - B.º Granjas Novas - Ramada  
Data de despacho: 13.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 414/2015/D/OVP  
Nome: Vodafone Portugal, SA  
Assunto: Desistência do Pedido de Licenciamento - Artigo 131.º do Código de Procedimento Administrativo  
Local: Rua Toni de Matos, B.º Vale Pequeno - UF Pontinha e Famões  
Data de despacho: 13.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 13648/CP/OP/GI  
Nome: António Pereira das Neves  
Assunto: Comunicação Prévia - Art.º 34º do DL n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na sua atual redação  
Local: Rua Flor do Minho, Lote 43 - Bairro Flor do Minho - UF da Ramada e Caneças  
Data de despacho: 13.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 9/2015/OP/GI  
Nome: Fernando Ribeiro  
Assunto: Comunicação Prévia de Obra de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua 16 de Abril n.º 146 - B.º Sol Nascente - Famões  
Data de despacho: 14.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @83/2015  
Nome: Abílio Ginja Ramalhinho  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua 25 de Abril, Lote 365 - Vale Pequeno - Pontinha  
Data de despacho: 14.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º 83/2016/OP/GI  
Nome: Rui Manuel Antunes Amaro  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras e Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Cidade de Rio Maior, Lote 266 - B.º Casal de São Sebastião - Famões  
Data de despacho: 14.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 81/2016/OP  
Nome: Papeis e letras - Associação de Apoio a Crianças e Jovens  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Praceta Courela do Forno, Lote 18 - Loja - Ramada  
Data de despacho: 14.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 508/2015/OP/GI  
Nome: Adelaide Dias Carreiros Pires  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos





Local: Rua João de Barros – Lote 122 – B.º Alto de Famões – Famões

Data de despacho: 14.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º @34/2016

Nome: Carlos Alberto Carneiro

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Cidade de Lagos – Lote 62 – B.º Casal S. Sebastião – Famões

Data de despacho: 14.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a Autorização de utilização

Processo n.º 13348/CP/OP

Nome: Associação para a Educação Islâmica em Portugal

Assunto: Comunicação Prévia – n.º 3 do art.º 4 do Dec- Lei n.º 555/99 na sua atual redação

Local: Rua 3 de Abril de 1964, n.º 10,12 e 14 – Odivelas

Data de despacho: 15.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @421/2015

Nome: David Simões Dias

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua do Oeste – Lote 317 – Bairro Casal do Rato – Odivelas

Data de despacho: 18.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º @428/2015

Nome: Augusto Dias Ferreira

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua 2 de Abril, Lote 924 B – B. Casal da Silveira – Famões

Data de despacho: 18.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @39/2015

Nome: Elias Moita Rosa Mota

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua 25 de Abril, Lote 346 – B.º Vale Pequeno – Pontinha

Data de despacho: 18.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Indeferida

Processo n.º @401/2015

Nome: Maria do Carmo da Silva Sampaio Soutelinho

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Sol Nascente, Lote 232 – B.º Sol Nascente – Pontinha

Data de despacho: 18.04.2015

Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 5/2016/OP/GI

Nome: Eliseu Sobral

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua Bernardo Santareno, Lote 120 – Bairro Alto de Famões – Famões

Data de despacho: 18.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º @424/2015

Nome: Auto 70 LDA

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Julio Borba, Lote 4º – Póvoa de Santo Adrião

Data de despacho: 18.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Indeferida

Processo n.º @83/2014

Nome: Vasco do Carmo Costa

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Alfredo Roque Gameiro, Lote 371 – Bairro dos Quatro – Famões

Data de despacho: 18.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 235/2016

Nome: Olívio Amadeu Pinto Miguel

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Flor do Minho – Lote 51 – B.º Flor do Minho – Caneças

Data de despacho: 18.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @390/2015

Nome: Benvinda Gonçalves Joaquim

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua do Espírito Santo – Lote 19 – Casal das Queimadas – Famões

Data de despacho: 19.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 17/2015/OP/GI

Nome: José Patrício Beirão

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua São Miguel – lote 150 – Bairro Moinho do Baeta - Caneças

Data de despacho: 19.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de utilização

Processo n.º 14/2016/OP/GI

Nome: Fausto da Conceição Soeiro

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua das Flores, Lote 18 – Quinta das Canoas – Pontinha

Data de despacho: 19.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @370/2015

Nome: Maria Alzira Abreu Cadina Alves

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua D. Nuno Alvares Pereira n.º 15 A/B Loja – Póvoa de Santo Adrião

Data de despacho: 19.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º 186/2015/OP/GI

Nome: Francisco Lopes Bonito

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Quinta da Silveira, Lote 539 – B.º Casal da Silveira – Famões

Data de despacho: 19.04.2016

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização



Processo n.º 476/2015/OP/GI  
Nome: Jaime Manuel Correia Antunes  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Carlos Reis – bairro Casal dos Apréstimos – Ramada  
Data de despacho: 20.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 494/2015/OP  
Nome: Ambimobiliária, SA  
Assunto: Comunicação Prévia de obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Quinta do Lamas – Estrada Paiã - Pontinha  
Data de despacho: 21.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @11/2014  
Nome: José Manuel Domingos Lopes  
Assunto: Autorização de utilização  
Local: Rua Luís Vaz de Camões – Lote 48 – B.º Novo das Queimadas – Famões  
Data de despacho: 21.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @47/2016  
Nome: Filipe Alexandre Duarte Pereira  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua dos Lusitanos – Lote 23ª – B.º Quinta dos Castelo Nascente – Ramada  
Data de despacho: 21.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @70/2016  
Nome: Aldina de Jesus Gonçalves Sobral  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua 2 de Abril, lote 916 – B.º Casal da Silveira  
Data de despacho: 21.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 25/2016/IP  
Nome: Cecília Paula Gonçalves Martins  
Assunto: Informação prévia  
Local: Rua D. Dinis, n.º 63,63A 63B – Odivelas  
Data de despacho: 21.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @67/2016  
Nome: João Alves Machado  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua António Freitas, n.º 13 – Pontinha  
Data de despacho: 21.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @417/2015  
Nome: Maria Fernanda Rodrigues Queirós  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Ramalho Ortigão, Lote 73 – B.º Casal Novo – Caneças  
Data de despacho: 21.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 40633/OM  
Nome: Adão da Silva e Aníbal de Almeida Ribeiro  
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA  
Local: Bairro Pinhal Verde – Lote 29 e 45 – UF de Ramada e Caneças  
Data de despacho: 22.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 506/2015/OP/GI  
Nome: Cadiz – Sociedade de Investimentos Imobiliários, Lda  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Bernardo Santareno, Lote 159 – bairro Granjas Novas - ramada  
Data de despacho: 26.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 504/2015/OP/GI  
Nome: Luís Filipe da Fonseca Vila Nova  
Assunto: Licenciamento de obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Vasco Santana, Lote 96 – Quinta da Condessa - Pontinha  
Data de despacho: 26.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 497/2015/OP/GI  
Nome: Isidro Lourenço de Oliveira  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Sol Nascente, Lote 26 – Famões  
Data de despacho: 26.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 14644/OP  
Nome: Giromaq, SA  
Assunto: Licença Administrativa – n.º 2 do art.º 4 do Dec- Lei n.º 555/99 na sua atual redação  
Local: Rua de Angola, n.º 26 – Olival Basto  
Data de despacho: 26.04.2016  
Teor do Despacho:

Processo n.º 497/2015/OP/GI  
Nome: Isidro Lourenço de Oliveira  
Assunto: Comunicação Prévia Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Sol Nascente, Lote 26 – Famões  
Data de despacho: 26.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 433/2015/OP/GI  
Nome: Humberto da Cruz Cardoso  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Travessa Terra da Fonte, lote 611 – Famões  
Data de despacho: 26.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 43/2015/OP/GI  
Nome: Ricardo Alexandre Martins Santos  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Vasco Santana, Lote 85 – B.º da Condessa – Pontinha  
Data de despacho: 27.04.2016  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se



Processo n.º 37/2016/OP/GI  
Nome: Anunciação Paiva Beltrão  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Laura Aires, Lote 30 – B.º Trigache Centro – Famões  
Data de despacho: 28.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se

Processo n.º @64/2016  
Nome: RFES – Construções, Lda.  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Urbanização Jardim da Amoreira – Lote 41 – Ramada  
Data de despacho: 28.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a Autorização de Utilização

Processo n.º @31/2016  
Nome: José Costa Augusto  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua das Palmeiras – Lote 49 – Quintas da Barroca – Famões  
Data de despacho: 28.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 76/2016/IP  
Nome: Manuel Rodrigues  
Assunto: Informação Prévia  
Local: Arinto – Póvoa Santo Adrião  
Data de despacho: 28.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º @38/2016  
Nome: José António Neto Lopes  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Alves Redol n.º 4 – Ramada  
Data de despacho: 28.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se

Processo n.º @36/2016  
Nome: Altaf Sulemane  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro – Lote 174 - Ramada  
Data de despacho: 28.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 38/2016/OP/GI  
Nome: Lindorfo José Morais  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua do Girassol, Lote 164 – Bairro do Girassol - Caneças  
Data de despacho: 29.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 394/2015/OP/GI  
Nome: Herminio Vale Bernardo  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua da Liberdade, Lote 14 – Quinta das Canoas – Pontinha  
Data de despacho: 29.04.2016  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

**Listagem dos Comprobativos de Admissão de Comunicação Prévia emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de abril de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/6046, de 2016.06.13:**

Processo n.º 46/2014/OP  
Nome: Talento & Labor, Lda.  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua de Angola n.º 4, 4 A e 4B – UF de Póvoa de St.º Adrião e Olival Basto  
Data de emissão: 04.04.2016  
Comprovativo n.º 72/2016

Processo n.º @48/2016  
Nome: José Pereira Barbosa  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua General Norton de Matos, lote 105 – B.º Novo de St.º Eloy – UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 04.04.2016  
Comprovativo n.º 73/2016

Processo n.º @69/2016  
Nome: Colinas do Cruzeiro – Empreendimentos Imobiliários SA  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Urbanização Colinas do Cruzeiro, zona 7, lote 25 - Odíveas  
Data de emissão: 05.04.2016  
Comprovativo n.º 74/2016

Processo n.º @79/2016  
Nome: João António Antunes Martins  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua do Girassol, lote 212 – B.º do Girassol – UF de Ramada e Caneças  
Data de emissão: 06.04.2016  
Comprovativo n.º 75/2016

Processo n.º @81/2016  
Nome: Isabel Maria Rodrigues Ferreira Ribeiro  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua Vieira da Silva, lote 47 – B.º da Milharada – UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 07.04.2016  
Comprovativo n.º 76/2016

Processo n.º 432/2015/OP/GI  
Nome: Patrícia Nunes Rosa  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua Alcácer do Sal, lote 311 – B.º Vale Grande – UF da Pontinha e Famões  
Data de emissão: 07.04.2016  
Comprovativo n.º 77/2016



Processo n.º 367/2015  
Nome: Maria Madalena Fernandes Barroso  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua Cidade de Setúbal, Lote 415 – UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 08.04.2016  
Comprovativo n.º 78/2016

Processo n.º 428/2015/OP/GI  
Nome: Maria da Conceição Namora Ferreira Guardado  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Travessa Pêro Escobar, lote 92 – Bairro Casal do Bispo – UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 08.04.2016  
Comprovativo n.º 79/2016

Processo n.º 400/2015/OP/GI  
Nome: Vitor Manuel Ribeiro Gonçalves  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua dos Artistas, lote 131 – Bairro Moinho do Baeta – UF de Ramada e Caneças  
Data de emissão: 14.04.2016  
Comprovativo n.º 80/2016

Processo n.º 441/2015/OP/GI  
Nome: José Marçal Dias  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua da Ajuda, lote 355 – Bairro Casal da Silveira – UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 14.04.2016  
Comprovativo n.º 81/2016

Processo n.º 195/2015/OP/GI  
Nome: Henrique Manuel Alves Baeta  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua das Amoreiras, lote 29 – Bairro Alto das Arrozeiras – UF de Ramada e Caneças  
Data de emissão: 15.04.2016  
Comprovativo n.º 82/2016

Processo n.º @272/2015  
Nome: Francisco Armando Azevedo Velho  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, lote 394 – B.º dos Quatro – UF da Pontinha e Famões  
Data de emissão: 15.04.2016  
Comprovativo n.º 83/2016

Processo n.º 254/2015/OP/GI  
Nome: Manuel António Ferreira da Costa  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua 18 de Maio, lote 41 – B.º Sol Nascente – UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 19.04.2016  
Comprovativo n.º 84/2016

Processo n.º 14870/CP/OP/GI  
Nome: Domingos José Gonçalves  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua Fernão Lopes, lote 162 – Bairro Alto de Famões – UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 19.04.2016  
Comprovativo n.º 85/2016

Processo n.º @89/2016  
Nome: José António Gonçalves Marques  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua Camilo Castelo Branco, lote 644 – B.º Casal Novo – UF da Ramada e Caneças  
Data de emissão: 19.04.2016  
Comprovativo n.º 86/2016

Processo n.º 440/2015  
Nome: Armindo Martins da Conceição  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua Poeta José Régio, lote 157 – B.º Casal do Bispo – UF da Pontinha e Famões  
Data de emissão: 21.04.2016  
Comprovativo n.º 87/2016

Processo n.º @91/2016  
Nome: Maria Isabel Moreira Araújo  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua Isabel Aboim Inglês, lote 31 – B.º da Milharada – UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 26.04.2016  
Comprovativo n.º 88/2016

Processo n.º 248/2015/OP/GI  
Nome: José da Silva Santos  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua de São Sebastião, lote 699 – B.º Casal da Silveira – UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 26.04.2016  
Comprovativo n.º 89/2016

Processo n.º 249/2015/OP/GI  
Nome: José da Silva Santos  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua de São Sebastião, Lote 700 – Bairro Casal da Silveira – UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 26.04.2016  
Comprovativo n.º 90/2016

Processo n.º @90/2016  
Nome: Maria de Lurdes Santos  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua Vasco Santana, lote 934 – B.º Casal Novo – UF da Pontinha e Famões  
Data de emissão: 27.04.2016  
Comprovativo n.º 91/2016



Processo n.º 204/2015/OP/GI  
Nome: Agostinho Francisco Claro  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua D. José, Lote 142 – B.º dos Pedernais – UF da Ramada e Caneças  
Data de emissão: 28.04.2016  
Comprovativo n.º 92/2016

**Listagem dos Alvarás de Utilização e de Construção, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de abril de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/6041, de 2016.06.13:**

Processo n.º 12409/CP/OP/GI  
Nome: António Pais Fernandes  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua do Campo da Bola, lote 49, B.º Quinta das Canoas - UF Pontinha e Famões  
Data de emissão: 05.04.2016  
Alvará n.º 57/2016

Processo n.º 13819/CP/OP/GI  
Nome: Adriano Barbosa da Cunha  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua Vitorino Nemésio, lote 377, B.º dos Quatro - UF Pontinha e Famões  
Data de emissão: 11.04.2016  
Alvará n.º 58/2016

Processo n.º 14609/CP/OP/GI  
Nome: Maria de Fátima da Graça Lucas Gertrudes  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua Manuel Barbosa du Bocage, lote 1247, B.º Casal Novo - UF Pontinha e Famões  
Data de emissão: 11.04.2016  
Alvará n.º 59/2016

Processo n.º 33/2015/OP/GI  
Nome: Manuel Laia Lopes  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua dos Patrícios, lote 518, B.º Casal da Silveira - UF Pontinha e Famões  
Data de emissão: 14.04.2016  
Alvará n.º 60/2016

Processo n.º 14684/CP/OP/GI  
Nome: Abílio de Sousa Cupertino  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Av. General Norton de Matos, lote 19, B.º Novo St.º Eloy - UF Pontinha e Famões  
Data de emissão: 15.04.2016  
Alvará n.º 61/2016

Processo n.º 14031/CP/OP/GI  
Nome: Maria Domingues Rodrigues Lopes  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua da Fé, lote 277, B.º Casal do Rato - UF Pontinha e Famões  
Data de emissão: 19.04.2016  
Alvará n.º 62/2016

Processo n.º 46/2015/OP/GI  
Nome: Maria Celeste Soares de Jesus Martins  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua 1.º de Janeiro, lote 57, B.º Novo do Trigache - UF Pontinha e Famões  
Data de emissão: 22.04.2016  
Alvará n.º 63/2016

Processo n.º 13992/CP/OP/GI  
Nome: Luísa Maria Lavrador Bernardino Caeiro  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua Maria Lamas, lote 97, B.º das Sete Quintas - UF Ramada e Caneças  
Data de emissão: 27.04.2016  
Alvará n.º 64/2016

Processo n.º 13537/CP/OP/GI  
Nome: Maria Odete Ribeiro Tadeu de Oliveira  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua Cidade de Constância, lote 6, B.º Casal de São Sebastião - UF Pontinha e Famões  
Data de emissão: 27.04.2016  
Alvará n.º 65/2016

Processo n.º 14052/CP/OP/GI  
Nome: Agostinho de Abreu Rodrigues  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua Vieira da Silva, lote 39, B.º da Milharada - UF Pontinha e Famões  
Data de emissão: 28.04.2016  
Alvará n.º 66/2016

Processo n.º 14855/OP  
Nome: Carísmapedecível – padaria e Pastelaria, Lda  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Alterações  
Local: Rua da República, n.º 134 – UF Ramada e Caneças  
Data de emissão: 05.04.2016  
Alvará n.º 14/2016

Processo n.º 268/2015/OP/GI  
Nome: South Sun – Gestão e Investimentos, Lda  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Abel Manta, lote 1, B.º Trigache Norte – UF Pontinha e Famões  
Data de emissão: 07.04.2016  
Alvará n.º 15/2016

Processo n.º 50/2016/D/OVP  
Nome: Proarba – Energia e Telecomunicações, Lda  
Assunto: Emissão de Licença de Operadores de Subsolo  
Local: Rua da Carochia, lote 27, B.º Casal dos Apréstimos – UF Ramada e Caneças  
Data de emissão: 07.04.2016  
Alvará n.º 16/2016

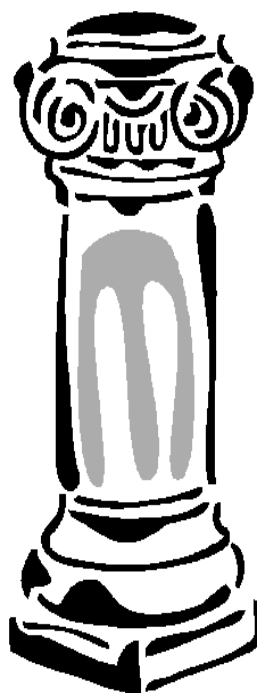


Processo n.º 110/2015/OP/GI  
Nome: Narcisa da Rosa Nanques  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Demolição  
Local: Rua Sacadura Cabral, lote 89, Bº Novo St.º Eloy – UF  
Pontinha e  
Famões  
Data de emissão: 15.04.2016  
Alvará n.º 17/2016

Processo n.º 318/2015/OP/GI  
Nome: Josué da Silva Domingos  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua 1º de Janeiro, lote 43, Bº Novo do Trigache – UF  
Pontinha e Famões  
Data de emissão: 21.04.2016  
Alvará n.º 18/2016



# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**









## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### 9.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 16 de junho de 2016

## DELIBERAÇÕES

## MOÇÕES

#### **POR UM PASSE SOCIAL INTERMODAL PARA TODA A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**

Em Portugal, como resultado da Revolução de Abril, foi criado o Passe Social Intermodal, uma das muitas medidas de enorme alcance social que foram tomadas visando o bem-estar das populações.

Apesar dos desvirtuamentos, do aumento desproporcional do seu custo face ao Salário Mínimo Nacional e de uma expansão urbana que não foi acompanhada pela adequação quer da rede de transportes, quer da cobertura do passe social, este tem sido um elemento importante na promoção da mobilidade alargada e também na contenção dos preços dos transportes na AML.

O sistema de bilhética da Área Metropolitana de Lisboa (AML) é hoje extremamente complexo, fruto de uma política que apostou na multiplicação de títulos (há mais de 2000 tipos de bilhetes e passes na AML) ao mesmo tempo que reduziu a oferta – horários e percursos – como condição para a contenção de preços em vez de privilegiar a intermodalidade e a atratividade do sistema.

O enfraquecimento do passe social intermodal e da oferta dos transportes públicos é lesivo das populações e dos interesses nacionais e concelhios.

Uma oferta cara, deficitária (na maioria das vezes diminuta e a preços elevadíssimos) é um estímulo ao transporte individual (com todas as consequências daqui decorrentes) e constitui, por outro lado, um fator de exclusão social de largas camadas da população que não podem recorrer ao transporte individual (idosos, trabalhadores com vínculos precários, desempregados, crianças e jovens, etc.).

Os custos para os utentes com os transportes públicos são demasiado elevados, e sofreram um agravamento brutal

nos últimos anos. Para termos uma ideia, são mais caros na Área Metropolitana de Lisboa do que na de Berlim, apesar dos salários serem na Alemanha mais do triplo que em Portugal.

No concelho de Odivelas, desde a chegada do Metro, assistiu-se ao encurtamento dos percursos das carreiras e regra geral à sua divisão.

Carreiras que iam até ao Campo Grande passaram na sua maioria a ficar, numa primeira fase no Sr. Roubado e posteriormente em Odivelas, mas o preço do bilhete continuou o mesmo.

Assistiram-se também ao encurtamento, obrigando os utentes a fazerem transbordo, sem que tivesse havido o cuidado de pelo menos fazer coincidir os horários para que não haja tempos de espera.

Outras situações há em que foram fundidas carreiras, tornando os percursos muito longos e morosos, logo inoperacionais e pouco atrativos quer para utentes quer para os trabalhadores.

O aumento do número de utentes deve ser a verdadeira razão de qualquer política de transportes. É preciso pois garantir um aumento direto da oferta, mas também garantir que os utentes possam utilizar plenamente essa oferta, promovendo a mobilidade através do passe social intermodal e da unificação do sistema de bilhética.

A proposta legislativa do PCP visa contrariar o ciclo recessivo (aumenta-se o preço e degrada-se o serviço, logo perdem-se utentes; como se perdem utentes, aumenta-se o preço e reduz-se o serviço para o adequar à menor procura, e assim sucessivamente) e promover o crescimento.

Os transportes públicos têm que ser atrativos e com preços que estimulem a sua utilização em detrimento do uso do transporte individual.

Uma das questões centrais para o desenvolvimento de um verdadeiro sistema de transportes na AML é que o tarifário assente na plena intermodalidade, integrando todos os operadores, modos de transporte e respetivos serviços no sistema.

Neste sentido, pretende-se, garantir que, com um mesmo passe intermodal ou um mesmo bilhete, se possa circular por toda a AML, adequando assim o passe intermodal social à realidade urbana atual, promovendo a atratividade do transporte Público e o aumento do número de utentes, com ganhos evidentes para os próprios e para a sociedade.

Vários cálculos permitem demonstrar que essa opção fica mais barata também ao próprio Estado, pois o que se perde em receita para as empresas (ao reduzir os preços dos transportes públicos) compensa-se com o aumento do



número de utentes, com a redução de importações de combustível e de automóveis, com a melhoria do ambiente e do ordenamento, com a redução dos custos com a saúde pública.

*(Documento apresentado pela bancada da CDU- aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas da CDU, CDS/PP e BE e com abstenção das bancadas do PSD e PS)*

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

**(Aprovado por maioria)**

**INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA – CONTRA A PRECARIIDADE LABORAL E EM DEFESA DOS POSTOS DE TRABALHO DA EQUIPA LOCAL DE INTERVENÇÃO (ELI)-ODIVELAS**

Pela bancada da CDU, foi apresentada uma Moção sobre “Intervenção Precoce na Infância – Contra a Precariedade Laboral e em Defesa dos Postos de Trabalho da Equipa Local de Intervenção (ELI)-Odivelas”, que será transcrita em ata. Colocada à votação foi a mesma rejeitada por maioria com os votos a favor das bancadas da CDU, BE e CDS/PP, contra do PS e a abstenção PSD.

**(Rejeitada por maioria)**

**MOSTEIRO DE S. DINIS E S. BERNARDO, O FUTURO E A SUA MANUTENÇÃO**

O anterior governo, na figura do Ministro da Defesa Nacional, decidiu extinguir o Instituto de Odivelas, estabelecimento de ensino feminino paramilitar, que funcionava no Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo. Os autarcas de Odivelas opuseram-se apesar de o fazerem em momentos diferentes. Mas os inúmeros esforços então realizados foram improdutivos.

Faz três meses que nem habita, trabalha ou cuida do edificado e dos espaços que lhe pertencem, num total de 6 hectares. É angustiante saber que ninguém promove a manutenção, numa altura em que eram conhecidas algumas carências: parte dos telheiros dos claustros já caíram e outros encontram-se em perigo de ruir; o imóvel encerra problemas estruturais globais por força da degradação dos telhados, de algumas janelas quebradas e da falta limpeza e de arejamento das salas mais emblemáticas; o espaço exterior necessita de cuidados diversos e nele encontra-se uma piscina que sempre funcionou.

Também na igreja do convento encontra-se o túmulo do rei D. Dinis que precisa de uma intervenção de restauro urgente.

Esta realidade e a incerteza quanto ao futuro do mosteiro devem preocupar-nos a todos, eleitos e munícipes. Em causa está a preservação de um património ímpar no concelho e, em particular, a prometida reabilitação do centro histórico da cidade de Odivelas que se encontra comprometida a manter-se este condicionalismo. A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na sua nona sessão extraordinária, no dia 16 de Junho de 2016, suscita ao Governo, na figura do Presidente do Conselho de Ministros que diligencie:

No sentido de manter as boas condições do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo e dos seus espaços contíguos;

Sobre uma resolução célere e definitiva a dar ao imóvel e à sua herdade de modo a reabilitar o espaço, a condicionar o agravamento da sua deterioração e a possibilitar que a Câmara Municipal de Odivelas mantenha o programa de reabilitação do centro histórico da cidade.

*(Documento apresentado pela bancada do CDS/PP- aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PSD, CDU, CDS/PP e BE e votos contra do PS)*

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

**(Aprovado por maioria)**

**SOLIDARIEDADE COM AS VÍTIMAS DO ATAQUE HOMOFÓBICO DE ORLANDO**

49 - Quarenta e nove vítimas mortais no massacre na Pulse, uma conhecida discoteca gay de Orlando na Florida e um número ainda superior de feridos, alguns em estado muito grave, não sofreram um ato terrorista, mas sim um ato homofóbico, de violência tremenda;

Por todo o mundo a homofobia continua a matar e Orlando é um caso desses, em que as pessoas com orientações sexuais diferentes são alvos diários de variadas formas de discriminação, quer seja na sua vida pessoal, social e profissional;

A Marcha do Orgulho LGBT de Lisboa deste ano servirá para a celebração de todos os avanços conquistados em Portugal.

Esta marcha também terá que ser de denúncia da homofobia e de afirmar claramente que a homofobia matou em Orlando.

A homofobia mata em todo o mundo, e como tal, deve e tem de ser denunciada;

A marcha LGBT deste ano é também especial porque era um momento de comemoração já que, com a atual



maioria, foi possível acabar com todas as leis que tinham na sua letra uma discriminação pela orientação sexual;

Não basta apenas mudar as leis e que há um longo caminho a percorrer pela igualdade de todos e de todas, mas é verdade que este é um ano que Portugal deve comemorar e a marcha será esse momento de celebração;

A Marcha do Orgulho LGBT terá lugar no próximo sábado, dia 18 de junho, em Lisboa, estando a concentração agendada para o Príncipe Real, pelas 17h.

**Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 16 de junho de 2016, delibera:**

1. Solidarizar-se com todos e todas as vítimas, seus familiares e amigos e amigas, do ataque de Orlando;
2. Repudiar veementemente todas as formas de discriminação, em particular neste caso, aqueles que são praticados em função da orientação sexual, que diariamente afeta milhares de pessoas em todo o mundo;
3. Congratular-se com as alterações legislativas que eliminaram todas as formas legais de discriminação pela orientação sexual;
4. Apelar à participação de todas e todos os cidadãos na Marcha do Orgulho LGBT de Lisboa, que vai realizar-se no dia 18 de junho pelas 17 Horas.

*(Documento apresentado pela bancada do BE- aprovado por maioria com os votos a favor do PS, CDU, BE e CDS/PP e votos contra do PSD)*

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

**(Aprovado por maioria)**

**PROJETO DE MOÇÃO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA**

No 40º aniversário da Constituição, o país celebra a democracia e, entre as suas conquistas, a Escola Pública. Quatro décadas depois, reafirmamos que o investimento numa escola pública de qualidade é a única forma de a manter como instrumento de igualdade.

Sem a Escola Pública da democracia, a segregação social começava cedo na vida daqueles que não tinham possibilidade de frequentar os liceus e colégios reservados para a elite. Desta forma, o regime assegurava-se de que todos saberiam sempre o seu lugar na sociedade: o filho de rico destinado à riqueza e o filho de pobre condenado à miséria.

Durante décadas, a ausência de um sistema de ensino público, gratuito e universal foi sinónimo de atraso e de iniquidade de uma ditadura que tinha “as suas razões” para considerar a Educação do povo um perigo.

Com o fim da ditadura em 1974, uma das prioridades da revolução dos cravos só poderia ser garantir o acesso do povo à Educação, mas a Constituição foi ainda mais longe. Reconhecido o direito de todas e todos à educação em condições de igualdade, o artigo 75.º da Constituição obrigou o Estado, a criar uma “rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”.

Durante décadas, o país investiu os seus impostos na escola que é todos, e todos sem exceção tiveram direito a ela. A Escola Pública foi capaz de um dos maiores feitos da democracia: em 40 anos, a taxa de escolarização no 3º ciclo do ensino básico disparou de 23,8% para 86,5%, e no secundário de 4,9% para 74,3%. Além de educar a geração filha do 25 de abril, a Escola Pública transformou-se num poderoso instrumento de igualdade e desenvolvimento.

Onde não foi capaz de chegar rapidamente com a construção de escolas, o Estado contratualizou com dinheiro público a frequência de colégios privados através de contratos de associação. Com o tempo, estes contratos tornaram-se desnecessários, mas sucessivos Governos mantiveram as transferências como rendas públicas a menos de uma centena de negócios privados. Enquanto o Estado desperdiçava dinheiro com colégios, as Escolas Públicas localizadas nessas zonas de implantação foram sofrendo com o esvaziamento e o desinvestimento

Durante os últimos anos de austeridade cortaram-se mais de 1300 milhões de euros na educação pública, fecharam-se escolas, despediram-se professores, reduziram-se recursos, apesar de se manterem as rendas aos privados. Esse caminho tem de ser travado e invertido.

**Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 16 de junho de 2016, delibera:**

1. Saudar a decisão do governo de fazer cumprir a lei ao impedir as redundâncias nos contratos de associação, travando o desperdício com rendas aos colégios privados;
2. Saudar a manifestação de 18 de junho, em defesa da escola pública;
3. Exortar o governo para que o mesmo venha a aumentar o investimento na escola pública.

*(Documento apresentado pela bancada do BE - aprovado por maioria com os votos a favor do BE, PS, CDU e os votos contra do PSD e CDS/PP)*



O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

**(Aprovado por maioria)**

## RECOMENDAÇÃO

### RECOMENDAÇÃO

#### ESCOLA BÁSICA EÇA DE QUEIRÓS

Pela bancada do CDS/PP, foi apresentada uma Recomendação sobre “Escola Básica Eça de Queirós”, que será transcrita em ata. Colocada à votação foi a mesma rejeitada por maioria, com os votos contra do PS e PSD e votos a favor da CDU, CDS/PP e BE.

**(Rejeitada por maioria)**

## VOTOS DE PESAR

### VOTO DE PESAR

#### PELO FALECIMENTO DE JOSÉ MANUEL PAQUETE DE OLIVEIRA

A comunicação social portuguesa ficou mais pobre, perdeu um dos seus vultos mais circunspectos. Perdeu-se um académico, um docente, um sociólogo e um dos pioneiros do ensino superior habilitante do jornalismo. Também uma figura ímpar na defesa dos consumidores de informação, a que chamamos o provedor do espectador ou do leitor, porque não era dado a conflitos. Primeiro na RTP, entre 2006 e 2011 e, desde 2013, no jornal Público.

Faleceu José Manuel Paquete de Oliveira. Aconteceu no passado dia 11 de Junho. Tinha 79 anos era casado e pai de dois filhos.

Paquete de Oliveira licenciou-se em Ciências Sociais – ramo Sociologia – na Universidade Gregoriana de Roma, em 1973, na condição de padre e numa altura em que o curso não era lecionado em Portugal. Em 1989, doutorou-se em Sociologia da Comunicação e da Cultura pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), através da Universidade Técnica de Lisboa. E foi precisamente o ISCTE, a instituição que se ofereceu – por influência de Paquete de Oliveira – para criar uma pós-graduação, em conjunto com a Escola Superior de

Comunicação Social, permitindo que jornalistas seniores com longas carreiras pudessem regressar à universidade.

José Manuel Paquete de Oliveira era avesso a autobiografias, nunca a escreveu, mas deixou-lhe o título: “**Fisicamente, morre-se uma única vez; socialmente, podemos morrer e nascer várias vezes**”. O seu trajecto por jornais, rádios e televisões foi intenso desde 1976: Passou pelo Expresso, Diário de Lisboa, no Jornal de Notícias, onde escreveu semanalmente durante dez anos, e participou no programa “Casos de polícia”, da SIC, entre 1992 e 1995. Foi provedor do telespectador na RTP, entre 2006 e 2011, e era provedor do leitor do Público, desde 2013.

*(Documento apresentado pela bancada do CDS/PP- aprovado por unanimidade)*

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

**(Aprovado por unanimidade)**

### VOTO DE PESAR

#### PELA MORTE DA DEPUTADA TRABALHISTA JO COX

Hoje, Jo Cox, Deputada Trabalhista no Parlamento Inglês de 41 anos, não resistiu ao ferimentos causados por um homem que a alvejou e esfaqueou numa rua de Leeds quando se dirigia para um encontro com cidadãos para um ato de de campanha pela continuação do Reino Unido na União Europeia, pela diversidade e por uma política de imigração mais fácil.

Este acto criminoso é uma demonstração da crescente radicalização de vários sectores da sociedade inglesa e mesmo europeia.

A Democracia e a Liberdade de expressão são pilares fundamentais na construção de uma Europa moderna e progressista.

A violência e o extremismo são caminhos que condenamos e repudiamos veementemente

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na 9.ª Sessão Extraordinária de 2016, delibera:

#### 1. Pesar pelo falecimento da Deputada Jo Cox no exercício da sua actividade política.

*(Documento apresentado pela bancada do PS- aprovado por unanimidade)*



O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

**(Aprovado por unanimidade)**

## CENTRO CULTURAL MALAPOSTA

### CONTRATO DE CONCESSÃO DA GESTÃO E EXPLORAÇÃO

Concurso Público para a formação de Contrato de Concessão da Gestão e Exploração do Centro Cultural da Malaposta, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/5353, de 2016-05-24, aprovada na 11ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 1 de junho de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 11 de 14 de junho de 2016*, página 9), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, em cumprimento do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos seguintes termos:

a) Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 31.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a abertura do Concurso Público para a Formação do Contrato de Concessão da Gestão e Exploração do Centro Cultural da Malaposta;

b) Aprovação das Peças do Procedimento (Programa de Concurso e Caderno de Encargos), conforme fixado no n.º 2 do artigo 40.º do CCP;

c) A nomeação do Júri, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, para a condução do concurso, a quem competirá a realização de todas as operações do concurso, nos termos do artigo 69.º do CCP, constituído pelos seguintes membros:

Membros efetivos

-Helena Jardim (Presidente);  
-Raquel Reis (que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos);  
-Cláudia Cardoso.

Membros suplentes

Miguel Ferreira;  
Marta Vieira.

Foram ainda propostas as seguintes alterações:

-no caderno de Encargos, a cláusula 11.ª, d), passa a ter a seguinte redação: “Proceder ao pagamento da apólice de seguro referente ao Centro Cultural da Malaposta”;

-no anexo C – Código de Exploração, no n.º 9, “Obrigações da Concedente, a alínea d) passa a ter a seguinte redação: “Proceder ao pagamento da apólice de seguro referente ao Centro Cultural da Malaposta”.

**(Aprovado por maioria)**

## RETIRADA DE PONTOS

### RETIRAR PONTOS DA ORDEM DO DIA DA PRESENTE SESSÃO

Dado o adiantado da hora, o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas, colocou à consideração do plenário retirar os seguintes pontos da Ordem de Trabalhos da presente sessão: Ponto 2 - Proposta de Alteração aos Acordos de Execução e Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia no Concelho de Odivelas – Estabelecimentos de Ensino; Ponto 3 - Proposta de Abertura de Procedimentos Concursais para Cargos de Direção Intermédia de 2º Grau; Ponto 4 - Proposta de Aprovação de Relatório de Acompanhamento e Avaliação de Ação de Reabilitação Urbana Referente ao Ano de 2015; Ponto 5 - Proposta de Novo Regulamento para Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau.

**(Aprovado por unanimidade)**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Realizada em 23 de junho de 2016

## DELIBERAÇÕES

### VOTOS DE CONGRATULAÇÃO

#### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

##### “SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE”

O Centro Hospitalar de Lisboa Central divulgou no passado dia 7 de Junho o nascimento de um bebé por cesariana programada eletiva, cujas últimas semanas de gestação ocorreram com a mãe em estado de morte cerebral. O parto realizou-se no Hospital de S. José e o recém-nascido foi encaminhado para a unidade de cuidados intensivos neonatais da Maternidade Alfredo da Costa. Este acontecimento sem uma rede pública de cuidados de saúde hospitalares e dotada de um corpo de profissionais de elevadas competências técnicas e científicas, dificilmente teria sucesso.

A existência de um Serviço Nacional de Saúde desde 1979 com uma rede pública de cuidados de saúde de qualidade e sustentável é fundamental para responder às necessidades da população e contribuir para o progresso da sociedade portuguesa. Ao longo dos últimos 40 anos, o esforço despendido pelos portugueses na construção deste Serviço Público foi mitigando os défices de cobertura e qualidade de cuidados de saúde e desta forma, dissipando problemas que contribuíam para o atraso estrutural do nosso país. Com o nascimento deste bebé foi demonstrado que o Estado democrático funciona e sabe dar resposta nos momentos mais difíceis de cada pessoa.

Longa vida ao Lourenço!

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em 23 de Junho, delibera:

1. Congratular toda a Equipa que acompanhou o processo de gestação do bebé (Hospital de São José e Maternidade Alfredo da Costa);

2. Congratular o Serviço Nacional de Saúde pela qualidade e capacidade da rede de cuidados de saúde hospitalares;

*(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas da BE, CDU, PSD, PS e CDS/PP, e com a abstenção do Membro da Assembleia Municipal Domingos Cabaço)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 27 de junho de 2016

**(Aprovado por maioria)**

#### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

##### “CEM ANOS DE DENOMINAÇÃO OFICIAL DAS FREGUESIAS”

Considerando que:

1. Foi há 100 anos que as paróquias civis passaram a ter a denominação oficial de freguesias. Com a Lei nº 621 de 23 de Junho de 1916, passou a designar-se por “Junta da Freguesia” o corpo administrativo até então designado junta de paróquia.

2. A Constituição da República aprovada em 2 de Abril de 1976 estabeleceu no seu artº 237º e seguintes que a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, como as freguesias. As freguesias têm sido um espaço fundamental de afirmação territorial, de representação política e de debate democrático;

3. Apesar de desempenharem funções cada vez mais relevantes no apoio às populações, as freguesias não têm tido o adequado reforço das competências legais nem dos meios financeiros. Contrariamente à imagem difundida pelos adversários do poder local, as transferências do Orçamento do Estado para o conjunto das freguesias, através do Fundo de Financiamento das Freguesias, têm sido claramente insuficientes. Se em 2010 atingiram o montante global de 211 milhões de euros, nos anos seguintes baixaram para 184 milhões de euros, o que corresponde a 0,13% do orçamento do Estado;

4. As freguesias têm um papel insubstituível na representação das populações e como espaço de decisão democrático das respetivas comunidades.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 23 de junho de 2016, delibera:

1. Congratular-se com a iniciativa da Assembleia da República a que se associou também a ANAFRE de comemoração dos 100 anos da Lei nº 621 de 23 de Junho



de 1916 em que as paróquias civis passaram a ter a denominação oficial de freguesias;

2. Manifestar a vontade de que sejam reforçadas as competências e os recursos das autarquias locais.

*(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Unanimidade)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 27 de junho de 2016

**(Aprovado por unanimidade)**

## VOTO DE PESAR

### VOTO DE PESAR

#### “PELO FALECIMENTO DE MESTRE DAVID RIBEIRO TELLES”

A tauromaquia ficou mais pobre, perdeu um dos seus expoentes máximos: David Ribeiro Telles, uma figura apaixonada por tudo o que fazia e com uma vida dedicada aos trabalhos da terra, à lavoura, à criação de cavalos e toiros de lide.

Os oitenta e nove anos da vida de David Ribeiro Telles estiveram para além da controvérsia do toureio: foi um dos melhores embaixadores portugueses no mundo equestre, particularmente na divulgação das características ímpares e aptidões do cavalo lusitano, bem como da sua relevância na lavoura, economia e marca portuguesa além-fronteiras. Essa foi seguramente uma das particularidades que levou o Presidente da República Jorge Sampaio a distingui-lo como grande-oficial da Ordem do Infante D. Henrique, numa cerimónia ocorrida a 3 de maio de 1999, oito anos depois de ter recebido do Ministério da Cultura, a Medalha de Mérito Cultural.

Em 1947, assume a responsabilidade pela ganadaria iniciada pelo seu avô paterno, Joaquim Ribeiro Telles, com o ferro Ribeiro Telles. Em 1970, funda a ganadaria Vale Sorraia, onde opôs o ferro DG (homenageando o seu avô, cavaleiro amador, David Luizello Godinho) e cujos toiros têm origem numa vacada brava oferecida por D. Fernando VII, de Espanha, ao rei D. Miguel.

David Ribeiro Telles – que admitiu mais de uma dezena de alternativas de onde se destaca a de João Moura e Luís Miguel da Veiga – foi um apaixonado pelo ensino equestre e da tauromaquia: foi mestre dos filhos e netos, e de cavaleiros como Ana Baptista, Sónia Matias, Luís Miguel

da Veiga e Luís Rouxinol. Foi em Coruche que toureou oficialmente pela primeira vez: a 17 de Agosto de 1945, por ocasião das Festas de Nossa Senhora do Castelo. Mas só viria a receber a alternativa de cavaleiro tauromáquico treze anos depois, na Monumental do Campo Pequeno, a 18 de Maio de 1958.

O Mestre estreou-se em público com 11 anos, numa garraia da Escola de Regentes Agrícolas de Santarém, em Outubro de 1939. E foi forçado pelos Amadores de Santarém.

David Ribeiro Telles morreu aos 89 anos, na passada segunda-feira, dia 20 de Junho, em Coruche, e era natural de Almeirim (11 de Novembro de 1927).

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na sua terceira sessão ordinária, no dia 23 de Junho de 2016, delibera por unanimidade que este Voto de Pesar seja enviado:

À sua família (Herdade da Torrinha ▪ Coruche ▪ 2100-653 Biscaíno)

Ao Presidente da Câmara Municipal de Coruche;

Ao Presidente da Assembleia Municipal de Coruche;

Ao Presidente da Câmara Municipal de Almeirim;

Ao Presidente da Assembleia Municipal de Almeirim;

Grupo de Forcados Amadores de Santarém;

À Federação Portuguesa de Tauromaquia.

*(Documento apresentado pela bancada do CDS/PP – Aprovado por Unanimidade)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 27 de junho de 2016

**(Aprovado por unanimidade)**

## MOÇÕES

### MOÇÃO

#### SOLIDARIEDADE COM AS E OS TRABALHADORES DOS CALL CENTERS DA EDP

Considerando que:

1. Os trabalhadores e as trabalhadoras da Randstad (call centers da EDP) estiveram em greve, esta segunda e terça-feira (20 e 21 de junho), em luta por aumentos salariais e protesto contra a precariedade dos contratos de trabalho congelados nos 500 euros. As e os trabalhadores





estiveram concentrados junto à sede da empresa na Avenida da República, em Lisboa;

2. Ana Romão, dirigente do Sindicato das Indústrias Elétricas do Sul e Ilhas (SIESI), afirmou à imprensa que "as empresas, quer a Randstad quer a EDP, triplicaram os lucros mas distribuem-nos pelos acionistas. O último aumento salarial foi em 2012, cerca de oito euros. Desde aí, temos reivindicado aumentos salariais de um euro por dia. Após reuniões com os sindicatos, a empresa decidiu na sexta-feira aumentar um euro mensal a esmagadora maioria dos trabalhadores. E o que eles vêm aqui reclamar é o aumento não de um euro mensal mas sim de um euro/dia. Estamos aqui pela dignidade e contra a precariedade. Salários a rondar o rendimento mínimo não são dignos para viver e construir família";

3. Segundo o SIESI, as e os trabalhadores reivindicam um aumento de um euro por dia, desde 2012. O sindicato tentou negociar com a Randstad, mas a empresa rejeitou qualquer melhoria salarial, apresentando propostas insuficientes e manifestando falta de respeito e desvalorização do trabalho;

4. As empresas de trabalho temporário têm sido o veículo privilegiado para as grandes empresas generalizar a precariedade laboral sem colocar em causa a sua imagem social;

5. Os lucros da EDP crescem ano após ano, justificando assim o incomensurável salário do seu presidente, António Mexia;

6. Em Odivelas, na Póvoa de Santo Adrião, já funcionou um call center da EDP, no qual a luta das e dos trabalhadores deixou uma marca profunda. Há quase duas décadas decorreu, na Póvoa de Santo Adrião, aquela que muitos consideram ter sido a primeira greve num call center em Portugal.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 23 de junho de 2016, delibera:

1. Solidarizar-se com todos e todas as trabalhadoras dos call centers da EDP que reivindicam atualizações salariais dignas e lutam pelo trabalho com direitos e sem precariedade;
2. Apelar às empresas envolvidas que dialoguem com as estruturas representantes das e dos trabalhadores e respeitem as suas justas reivindicações;
3. Condenar todas as formas de contratação que promovem a precariedade, a desvalorização do trabalho e desequilibram as relações laborais, com o único objetivo de maximizar os lucros;
4. Apelar à maioria da Assembleia da República que, tão rapidamente quanto possível, apresente medidas concretas

que combatam a precariedade e promovam o trabalho com direitos

*(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovada Maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PS, CDS/PP e com a abstenção da bancada do PSD)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 27 de junho de 2016

**(Aprovado por maioria)**

### MOÇÃO

#### **"A LUTA COLORIDA VENCEU"**

Considerando que:

1. Milhares de professores, pais e alunos e alunas manifestaram-se este sábado no centro de Lisboa em defesa da Escola Pública. Ao fim da tarde, a Fenprof estimou em 80 mil o número de manifestantes, com Mário Nogueira a concluir que "esta foi a maior manifestação de sempre em defesa da escola pública". No seu discurso, o líder da Fenprof fez questão de sublinhar que "não é uma marcha contra ninguém, nem contra os colégios privados, é uma iniciativa pela defesa da escola pública, que tem sido maltratada";
2. O desinvestimento no ensino público que foi a marca da passagem de Nuno Crato pelo governo foi um dos alvos das críticas de Mário Nogueira, que também se referiu ao desejo dos colégios privados de verem perpetuar os seus contratos de associação em locais onde existe oferta pública escolar;
3. "Ao direito de escolha tem de se associar o dever de pagar, porque não têm que ser os contribuintes a suportar uma escolha quando existe uma resposta pública que tem qualidade", afirmou Mário Nogueira;
4. Arménio Carlos, líder da CGTP, reforçou o argumento, defendendo que "não é justo que aqueles que sempre pagaram impostos, foram massacrados por uma política fiscal ruinosa e injusta, sejam agora chamados a pagar impostos para se manter escolas privadas que fazem concorrência à escola pública";
5. Presentes nesta manifestação, os dirigentes de diversos partidos lembrou que "só na escola pública todas as pessoas podem ser tratadas de forma igual";
6. É de saudar a presença, nessa manifestação, de uma diversidade de organizações significativa: dos partidos da geringonça, do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista Português, do Partido Ecologista os Verdes e do Partido Socialista; do partido Pessoas Animais e Natureza, do



partido Livre, do Movimento Alternativa Socialista e de movimentos cidadãos/ãs vários; de diversos agrupamentos escolares de todo o país, seus representantes; das e dos milhares de professores, vindos de todos os cantos do país; das dezenas de Associações de Pais e Encarregados de Educação e seus representantes, das quais a FERLAP é um exemplo; das Associações de Estudantes; dos e das alunas do ensino público e mesmo daqueles que sendo do ensino privado se juntaram a esta luta; das portuguesas e portugueses e de todas e todos os que vivendo neste país usufruem do melhor que a educação pública tem para oferecer aos seus filhos de igual forma;

7. A tarde de 18 de junho prosseguiu com a Marcha do Orgulho LGBT de Lisboa, que decorreu com o habitual ambiente de festa, cor e de palavras de ordem combativas e divertidas. Desta vez sob o lema *celebrar as diferenças, transcender o género!* O facto de ter acontecido uma semana após o ataque homofóbico que matou 49 pessoas numa discoteca gay em Orlando, nos Estados Unidos da América, não passou ao lado da iniciativa, antes pelo contrário;

8. Numa das faixas do cortejo podia ler-se *Orlando é aqui*, outra tinha as fotografias das vítimas do massacre. O embaixador norte-americano Robert Sherman também marcou presença na iniciativa, conforme anunciou num artigo publicado no portal *dezanove.pt*;

9. O manifesto da iniciativa, lido no final da marcha, defende que seja dada “*prioridade aos direitos das pessoas trans*”, dez anos depois do assassinato de Gisberta. A discriminação das pessoas LGBT no acesso à saúde e a defesa de “*estratégias integradas de prevenção do VIH que incluam o acesso à profilaxia pré-exposição (PrEP)*”, estão também na agenda do movimento;

10. Foram milhares de cidadãs e cidadãos que, em conjunto com muitos movimentos lgbtiq, desfilaram desde o Príncipe Real em defesa do respeito pela diversidade e pela igualdade de género e contra a discriminação em função da orientação sexual. Para lá de muitas forças políticas, destaca-se o envolvimento de organizações, como por exemplo a ILGA Portugal, as Panteras Rosa, a Não te Prives e a União de Mulheres Alternativa e Resposta;

11. Durante o fim de semana de 18 e 19 de junho, a Festa da Diversidade trouxe ao encontro, no espaço público da Cidade, os vários saberes, sabores e sons do mundo, com dignidade, respeito e igualdade, sob o mote *Nem Muros, Nem Fronteiras*;

12. Portugal é um país multicultural e, isto é hoje em dia, um facto inegável. Contudo, o país continua a não ser um espaço intercultural, porque a afirmação da sua diversidade cultural continua ainda presa aos estereótipos da xenofobia e do racismo e há pouca ou quase nenhuma

interacção entre as várias culturas. A Festa da Diversidade procurou romper com essa realidade;

13. Esta festa pretende estimular outros saberes do mundo, saborear os outros sabores do mundo, conhecer e sentir as outras sonoridades do mundo. Mais do que celebrar a diversidade, o que propôs a Festa da Diversidade é contribuir para o diálogo intercultural que permita, para além de reconhecer e aceitar a diferença, vivê-la e praticá-la com respeito;

14. A Festa da Diversidade é uma organização do SOS Racismo, com o apoio de diversas entidades e que contou com a participação de dezenas de associações e de ativistas. A primeira edição da festa realizou-se em 1999 e desde então dezenas de artistas viveram a festa, dando a melhor de si a todas e todos que queiram (re)encontrar, apenas em troca do reforço da interculturalidade;

15. No atual momento histórico as migrações estão no centro das atenções mediáticas, apesar dessa centralidade não ter correspondência direta nas políticas de circulação de pessoas e no apoio às e aos refugiados. A diversidade tem que ser festejada, mas principalmente tem que ser vivida!

16. Esta segunda-feira, dia 20 de junho, assinalou-se o Dia Mundial dos Refugiados e que tanto há por fazer no sentido de traduzir em medidas concretas a retórica política dominante sobre esta temática, quer seja na União Europeia, em Portugal ou mesmo em Odivelas.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 23 de junho de 2016, delibera:

1. Saudar todas e todos os cidadãos que saíram à rua no passado sábado para celebrar coloridamente a diversidade cultural, combater a discriminação em função da orientação sexual e defender a Escola Pública de qualidade para todas e todos;

2. Congratular todas as organizações sindicais, associações culturais, movimentos cívicos, grupos de cidadãs e cidadãos, partidos políticos e organismos oficiais do Estado que organizaram, promoveram e participaram nesta enorme jornada de luta pela Igualdade;

3. Apelar a todas as entidades públicas, que desenvolvam políticas concretas que permitam defender a Escola Pública, combater a discriminação em função da orientação sexual e promover a interculturalidade.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas BE, CDU e PS, com a abstenção da bancada do CDS/PP e com os votos contra da bancada do PSD)



O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 27 de junho de 2016

**(Aprovado por maioria)**

## PROPOSTAS DE RECOMENDAÇÃO

### “SEMÁFOROS DA AVENIDA D. DINIS A FUNCIONAR 24HORAS”

Pela bancada do BE, foi apresentada uma Proposta de Recomendação relativa “Semáforos da Avenida D. Dinis a funcionar 24 horas” (documento nº 5), que será transcrita em ata. Colocada à votação foi a mesma Rejeitada por Maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU e CDS/PP, com o voto contra da bancada do PS e com abstenção da bancada do PSD.

**(Rejeitada por maioria)**

### PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

#### “PARQUE INFANTIS ADAPTADOS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA”

Considerando que:

1. Em setembro de 1990, Portugal ratificou a [Convenção Sobre os Direitos da Criança](#), adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em novembro de 1989;
2. De acordo com a Convenção uma criança é “todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”;
3. A todas as crianças é reconhecido o direito ao repouso, aos tempos livres e a participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade, devendo os estados respeitar e promover estes direitos bem como o acesso em condições de igualdade (Artigo 31.º);
4. Às crianças com deficiência é assegurado o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação ativa na vida da comunidade;
5. Uma parte essencial do desenvolvimento da criança passa pelo direito a brincar, como a própria Convenção reconhece. Para que tal direito se possa concretizar, o Estado deve promover condições que permitam a efetivação desse direito, seja em parques infantis, jardins,

parques recreativos ou outras infraestruturas de apoio à infância;

6. É certo que muito se tem progredido no que concerne à disponibilização de parques infantis com condições adequadas para as crianças e que garantam a sua segurança, há ainda muito a fazer para assegurar a existência de parques infantis que permitam que todas as crianças possam lá brincar;

7. De facto, são ainda muito poucos os parques infantis inclusivos, permitindo a sua utilização por crianças com deficiência o que conduz a uma evidente discriminação: crianças com deficiência é-lhes cortado o direito a brincar nos parques infantis, condenando-as a ver outras crianças brincar;

8. É necessário encarar esta realidade de frente e fazer o caminho que é premente de garantir, desde a infância, a inclusão das crianças com deficiência. E não se inclui excluindo estas crianças de contextos recreativos e lúdicos, como são os parques infantis;

9. As Câmaras Municipais têm aqui um papel determinante devendo ser promotoras de inclusão e não agentes que fomentam a exclusão; garantir a existência de parques infantis acessíveis é um passo fundamental no longo caminho da inclusão que tem que ser feito.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em plenário no dia 23 de junho de 2016, recomenda ao executivo municipal que:

1. Realize uma avaliação às condições de funcionamento, acessibilidade e manutenção dos equipamentos dos parques infantis que se encontram sob responsabilidade desta Câmara Municipal, tendo em vista a adaptação dos parques infantis a crianças com deficiência.
2. A zona circundante dos parques infantis seja adaptada a pessoas com deficiência (estacionamento, piso rebaixado, pavimento adequado e outras soluções que promovam a inclusão)

*(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Unanimidade)*

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 27 de junho de 2016

**(Aprovado por unanimidade)**



## ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

### INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Presente para apreciação a “Informação Escrita Sobre a Atividade e Situação Financeira do Município”, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião.

O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, propôs que fosse feita apenas a abertura do Ponto pelo Senhor Vice - Presidente da Câmara Municipal, ficando a discussão do mesmo agendada para uma próxima Sessão, passando-se de seguida para o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos.

**(Aprovado por unanimidade)**

## DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

### ALTERAÇÃO AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO E CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Atualização da percentagem de 1% para 2,75% dos valores a transferir, anualmente para a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, no âmbito dos Acordos de Execução e Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Concelho de Odivelas atualmente em vigor, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 14 de 2015*, página 51 e anexo), o que corresponde a um incremento de €434.571,02 (quatrocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e um euros e dois cêntimos), conforme demonstra o mapa que consta na informação dos serviços. A presente alteração deverá produzir efeitos a 1 de maio de 2016, de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2016/5211, de 20-05-2016, aprovada na 11ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 1 de junho de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 11 de 14 de junho de 2016*, página 9), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

### Acordos de Execução - Estabelecimentos Escolares

Freguesia	Custo/m2 área construção (634,56€)		Valor transferido atualmente (1% )	Total Transferido Anualmente	Atualização (2,75%)	Total da atualização	Variação por escola	Variação relativa ao valor atual
União Freguesias Póvoa St.ª Adrião e Olival Basto	Póvoa St.ª Adrião	1.437.976,42 €	14.379,76 €	33.559,66 €	39.544,34 €	92.289,04 €	25.164,58 €	58.729,38 €
		733.773,46 €	7.337,73 €		20.178,76 €		12.841,03 €	
	Olival Basto	1.184.215,87 €	11.842,16 €		32.565,94 €		20.723,78 €	

União Freguesias Pontinha e Famões	Pontinha	1.202.808,48 €	12.028,08 €	88.936,95 €	33.077,22 €	244.576,59 €	21.049,14 €	155.639,64 €
		289.695,68 €	2.896,96 €		7.966,64 €		5.069,68 €	
		788.980,18 €	7.889,80 €		21.696,95 €		13.807,15 €	
		197.221,25 €	1.972,21 €		5.423,58 €		3.451,37 €	
		676.948,61 €	6.769,49 €		18.616,10 €		11.846,61 €	
		369.885,02 €	3.698,85 €		10.171,84 €		6.472,99 €	
		752.169,35 €	7.521,69 €		20.684,65 €		13.162,96 €	
		1.207.129,83 €	12.071,30 €		33.196,08 €		21.124,78 €	
	Famões	290.755,39 €	2.907,55 €		7.995,76 €		5.088,21 €	
		1.578.214,18 €	15.782,14 €		43.400,89 €		27.618,75 €	



	353.449,92 €	3.534,50 €		9.719,88 €		6.185,38 €	
	1.186.436,83 €	11.864,37 €		32.627,02 €		20.762,65 €	

União Freguesias Ramada e Caneças	Ramada	1.003.239,36 €	10.032,39 €	52.579,32 €	27.589,07 €	144.593,10 €	17.556,68 €	92.013,78 €
		156.482,50 €	1.564,82 €		4.303,26 €		2.738,44 €	
		764.581,34 €	7.645,81 €		21.025,98 €		13.380,17 €	
		476.681,47 €	4.766,81 €		13.108,73 €		8.341,92 €	
		666.605,28 €	6.666,05 €		18.331,64 €		11.665,59 €	
	Caneças	406.879,87 €	4.068,80 €		11.189,20 €		7.120,40 €	
		961.168,03 €	9.611,68 €		26.432,12 €		16.820,44 €	
		682.850,02 €	6.828,50 €		18.778,38 €		11.949,88 €	
		139.444,56 €	1.394,45 €		3.834,74 €		2.440,29 €	

Junta de Freguesia de Odivelas	1.239.232,22 €	12.392,32 €	73.250,43 €	34.078,88 €	201.438,66 €	21.686,56 €	128.188,23 €
	1.735.077,41 €	17.350,77 €		47.714,62 €		30.363,85 €	
	1.139.923,58 €	11.399,24 €		31.347,91 €		19.948,67 €	
	515.453,09 €	5.154,53 €		14.174,96 €		9.020,43 €	
	696.619,97 €	6.966,20 €		19.157,05 €		12.190,85 €	
	506.378,88 €	5.063,79 €		13.925,42 €		8.861,63 €	
	730.315,10 €	7.303,15 €		20.083,66 €		12.780,51 €	
	221.588,35 €	2.215,88 €		6.093,67 €		3.877,79 €	
	318.866,40 €	3.188,66 €		8.768,82 €		5.580,16 €	
	221.588,35 €	2.215,88 €		6.093,67 €		3.877,79 €	

Total transferido anualmente	248.326,36 €	Total da Atualização	682.897,38 €
		Diferença relativa ao valor transferido	434.571,02 €

(Tabela constante na Informação n.º Interno/2016/5211, de 20-05-2016)

**(Aprovado por unanimidade)**

## ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

### PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR ANO LETIVO 2016/2017

Programa das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas para o Ano Letivo 2016/2017, estas atividades destinam-se a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às

necessidades das famílias sendo comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades. Para a sua implementação aplica-se o previsto nas Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-escolar constantes no Plano de Ação Social e Transportes Escolares quanto às condições de acesso, funcionamento e comparticipação financeira (normas aprovadas na 10ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 18 de maio de 2016, *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões* n.º 10 de 2016 de 31 de maio, página 8), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/5874, de 2016-06-07, aprovada na 12ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 15 de junho de 2016 (presente *Boletim*





*Municipal das Deliberações e Decisões*, página 13), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

**(Aprovado por maioria)**

**ACORDOS DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E AS ENTIDADES PARCEIRAS DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - ANO LETIVO 2016/2017**

Acordos de Colaboração e Cooperação Bipartidos (a celebrar entre o Município de Odivelas e os agrupamentos de escolas) e Acordos de Colaboração Tripartidos (a celebrar entre o Município de Odivelas, os agrupamentos de escolas e as associações de pais e encarregados de educação das escolas/IPSS's), nos termos das minutas constantes em anexo à informação n.º Interno/2016/5874, de 2016-06-07, aprovada na 12ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 15 de junho de 2016 (presente *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, página 13), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

**PROPOSTA DE MINUTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO**

Considerando que:

1. A Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré-escolar e define, entre outras, as regras a observar no seu funcionamento dos respetivos estabelecimentos, bem como na oferta das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF).

2. As AAAF se traduzem na oferta de atividades que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.

3. As AAAF são de oferta obrigatória pelos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública e são comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

4. As AAAF são implementadas, preferencialmente, pelos municípios no âmbito do protocolo de cooperação, de 28 de julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios

Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

5. As autarquias desempenham um papel fundamental na promoção de respostas em matéria de educação pré-escolar, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO) tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos.

6. As AAAF são planificadas pelos órgãos competentes dos agrupamentos das escolas, tendo em conta as necessidades dos alunos e das famílias, articulando com os municípios da respetiva área a sua realização de acordo com o protocolo de cooperação acima referido.

Entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva com o número 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por *PRIMEIRO OUTORGANTE*;

e,

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, Pessoa Coletiva n.º \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) Diretor(a) do Agrupamento, Professor(a) \_\_\_\_\_ adiante designado por *SEGUNDO OUTORGANTE*;

É de livre vontade e de boa-fé celebrado o presente **Acordo Bipartido de Colaboração e Cooperação**, que se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir

**Cláusula Primeira**  
(Do Objeto)

1. Nos termos previstos pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, com o presente Acordo visa-se estabelecer uma parceria entre as Partes, cujo objetivo central é criar as condições necessárias à implementação e desenvolvimento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na educação pré-escolar, na(s) Escola(s) \_\_\_\_\_ durante o ano letivo 2016/2017.

**Cláusula Segunda**  
(Do Objetivo)

1. Com as AAAF pretende-se adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e,



simultaneamente garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica e complementares das atividades educativas.

2. Através das AAAF, pretende-se ainda assegurar o acompanhamento das crianças antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

#### Cláusula Terceira

##### (Da Implementação, Organização e Funcionamento)

As partes que subscrevem o presente Acordo bipartido de Colaboração e Cooperação comprometem-se a respeitar as “Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar”, que constam do ANEXO III do Plano de Ação Social e Transportes Escolares da CMO, vertidas para o ANEXO I deste Acordo e que dele fazem parte integrante.

#### Cláusula Quarta

##### (Da Vigência)

Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos Outorgantes, o presente Acordo entra em vigor no dia 1 de setembro de 2016 mantendo-se a sua vigência até ao dia 31 de julho de 2017.

#### Cláusula Quinta

##### (Disposições Finais)

1. No demais, este Acordo será regido pela legislação aplicável em vigor, devendo as Partes respeitar a regulamentação específica aplicável, emitida pelas Entidades Nacionais competentes em matéria de Educação.

2. Qualquer alteração relativa ao estipulado no presente Acordo que não verse sobre o Anexo I, será resolvida por acordo entre as Partes, não implicando uma alteração ao clausulado a menos, que as Partes por acordo assim o entendam fazer.

O presente Acordo de Colaboração e Cooperação foi feito em dois exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

Pelo Primeiro Outorgante,

\_\_\_\_\_  
(Hugo Manuel dos Santos Martins)

Pelo Segundo Outorgante,

\_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_)

#### Anexo I do Acordo de Colaboração e Cooperação:

#### Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-escolar

#### CAPÍTULO I

#### Disposições Gerais

#### I

##### (Disposição Introdutória)

1. A educação pré-escolar é considerada a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

2. As Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), na vertente prolongamento de horário, traduzem-se na oferta de atividades de animação e acompanhamento das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, antes e depois do período diário das atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.

3. As AAAF são comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias, de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

4. Ao longo do tempo, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO), tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos existentes na comunidade.

#### II

##### (Do Objeto)

As presentes normas regulam as condições de acesso, bem como o modelo de funcionamento das AAAF, nos estabelecimentos de educação pré-escolar.

#### III

##### (Dos Objetivos)

Com as AAAF pretende-se:

1. Adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente, garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica, complementares das atividades educativas.





2. Assegurar o acompanhamento das crianças, antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

IV  
(Dos Destinatários)

São destinatários do serviço das AAAF as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no 1º ano do 1º ciclo do ensino básico, que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas.

CAPÍTULO II  
Implementação, Organização e Funcionamento

V  
(Da Implementação)

1. A Câmara Municipal de Odivelas constitui-se como entidade promotora do Programa das AAAF, nos termos estabelecidos no Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

2. A planificação das AAAF é da responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas.

3. Para implementação das AAAF, podem constituir-se como entidades gestoras do Programa, os Agrupamentos de Escolas, as Associações de Pais e Encarregados de Educação, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

4. Nas situações em que os Agrupamentos de Escolas não se assumam como entidades gestoras, constituem-se obrigatoriamente como entidade parceira das entidades gestoras por si selecionadas.

5. As entidades gestoras poderão prestar diretamente o serviço de AAAF ou estabelecer parcerias com entidades terceiras, para esse fim.

6. As entidades gestoras responsabilizam-se, entre outros, pela implementação e desenvolvimento das AAAF, tendo em conta as necessidades das crianças e das famílias e a capacidade dos espaços escolares, em devida articulação com os órgãos competentes dos Agrupamentos de Escolas.

7. A Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora do programa, comparticipa financeiramente a frequência das AAAF, leva a cabo o controlo financeiro da sua execução, e assume a monitorização e avaliação do Programa, em estreita colaboração com todos os parceiros envolvidos.

8. O pagamento relativo ao desenvolvimento do Programa das AAAF, apenas será considerado, após

assinatura pelas partes, do Acordo de Colaboração Bipartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Agrupamento de Escolas) ou Tripartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Gestora).

VI  
(Da Organização e funcionamento)

1. A oferta das AAAF é de natureza obrigatória pelos estabelecimentos de educação Pré-escolar, mas de frequência facultativa por parte das crianças.

2. As AAAF funcionam num período máximo de 11 meses por ano, entre setembro e julho.

3. Sem prejuízo da normal duração das atividades educativas na educação pré-escolar, as AAAF desenvolvem-se, obrigatoriamente, até às 17h30, podendo a oferta de atividades ser extensível ao período que antecede e precede a realização das atividades educativas no jardim-de-infância.

4. A oferta das AAAF poderá organizar-se durante os períodos de atividades educativas, entre as 7h00/ 9h00 e as 15h30/ 19h30, e nas interrupções dessas atividades, entre as 7h00 e as 19h30.

5. Em caso de necessidade das crianças e das famílias, poderá haver adequação do horário estabelecido no ponto anterior.

6. O horário de funcionamento das AAAF deverá ser comunicado aos encarregados de educação no momento da matrícula ou de renovação da matrícula, devendo ainda ser confirmado no início das atividades educativas.

7. O refeitório escolar encontra-se em funcionamento durante o período da oferta de AAAF, havendo, neste caso, lugar à comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas.

8. A planificação das AAAF deverá ter por base as presentes Normas, ter em conta as necessidades das crianças e das famílias, e estar articulada com o Plano Anual de Atividades e com o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas.

9. As AAAF são planificadas tendo em conta os recursos físicos existentes nos diferentes estabelecimentos de educação e ensino, e decorrem, preferencialmente, em espaços concebidos para estas atividades, sem prejuízo do recurso a outros espaços escolares.

10. As AAAF deverão funcionar com grupos mínimos de 15 crianças, e com grupos máximos de 25 crianças.

11. A abertura, o fecho, a limpeza das instalações e a vigilância dos recreios, são da responsabilidade da



entidade gestora das AAAF, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, quando estes não se apresentem como entidade gestora.

12. A entidade gestora ficará obrigada à correta utilização dos espaços escolares onde funcionem as AAAF, sendo responsável por garantir as condições de higiene e manutenção dos mesmos, assumindo a reposição ou reparação de qualquer material ou equipamento que se danifique, sempre que tal ocorra no decurso das atividades.

13. Compete à entidade gestora disponibilizar o material didático e de desgaste rápido, necessário à viabilização das atividades a desenvolver no âmbito das AAAF.

14. Compete aos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das atividades de animação de apoio à família, tendo em vista garantir a qualidade pedagógica das atividades desenvolvidas.

15. A supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AAAF compreendem a programação das atividades, o acompanhamento das atividades através de reuniões com os respetivos dinamizadores, a avaliação da sua realização, e as reuniões com os encarregados de educação.

16. A monitorização e avaliação do Programa das AAAF são da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas, em estreita articulação com os Agrupamentos de Escolas, e com as entidades gestoras.

### CAPÍTULO III

#### Escalões de Apoio, Participações e Inscrições

### VII

#### (Dos Escalões de Apoio)

1. Os escalões de apoio são definidos de acordo com o posicionamento dos agregados familiares para efeitos de atribuição do abono de família:

- Escalão A – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 1.º escalão para efeitos de abono de família;
- Escalão B – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de abono de família;
- Escalão C – Crianças cujos agregados familiares se integrem nos restantes escalões para efeitos de atribuição de abono de família.

2. Para efeitos de atribuição do escalão de apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), bem como a outros alunos que, de acordo com a legislação própria, possam vir a estar incluídos, será considerado o posicionamento do agregado familiar no escalão de rendimento mais favorável.

3. Em caso de dúvida sobre o posicionamento dos agregados familiares nos escalões de rendimentos, cabe ao Agrupamento de Escolas desenvolver as diligências necessárias ao apuramento da condição socioeconómica das famílias, bem como prevenir e corrigir situações de usufruto indevido.

4. Os casos excecionais, e não previstos nestas Normas, deverão ser analisados individualmente no Agrupamento de Escolas, por referência ao enquadramento normativo em vigor, sujeitos a validação por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas.

### VIII

#### (Da Comparticipação Financeira)

1. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa o custo da mensalidade das AAAF na educação pré-escolar, a todas as crianças que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho, sendo os montantes correspondentes, transferidos para as entidades gestoras do Programa.

2. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa a diferença entre o valor máximo de referência mensal que é de € 75,00 por criança, estabelecido pela Câmara Municipal para o custo do serviço, e o valor a pagar pelas crianças em função dos 3 escalões de apoio, definidos em função do posicionamento do agregado familiar para efeitos de atribuição do abono de família.

3. Comparticipação da família (por criança):

- Escalão A – comparticipação de 0% do valor máximo de referência;
- Escalão B – comparticipação de 35% do valor máximo de referência;
- Escalão C – comparticipação de 75% do valor máximo de referência.

4. Comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas (por criança):

- Escalão A: comparticipação de 100% do valor máximo de referência;
- Escalão B: comparticipação de 65% do valor máximo de referência;
- Escalão C: comparticipação de 25% do valor máximo de referência.

5. A Câmara Municipal de Odivelas procederá à transferência das verbas para as entidades gestoras, em três tranches, respetivamente em agosto, dezembro e março, tendo por base, a estimativa do número de



crianças inscritas nas AAAF e o seu posicionamento nos respetivos escalões de apoio.

6. Sempre que o custo do serviço exceda o valor máximo de referência, definido pela Câmara Municipal de Odivelas, a diferença será integralmente suportada pelas famílias.

7. A entidade gestora efetuará a entrega da listagem das crianças inscritas, com os comprovativos dos valores da comparticipação aos encarregados de educação nas AAAF, até ao final dos meses de janeiro, abril e agosto, a fim de se proceder a eventuais acertos e transferências subsequentes.

8. A entidade gestora deverá arquivar, em processo próprio, toda a documentação respeitante às AAAF, nomeadamente, comprovativos de frequência das crianças, posicionamento das crianças por escalões de apoio, dos pagamentos das famílias, e das respetivas comparticipações.

#### IX (Das Inscrições)

1. A Câmara Municipal de Odivelas disponibilizará os formulários de candidatura a todos os agrupamentos de escolas, a partir da data oficial de início das matrículas nos estabelecimentos de educação e ensino.

2. Os formulários de candidatura encontram-se igualmente disponíveis, no Site da Câmara Municipal de Odivelas, em [www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt).

3. Os agrupamentos de escolas responsabilizam-se por efetuar de forma atempada, a divulgação das condições de inscrição aos potenciais interessados, bem como, o resultado do processo de candidatura.

4. Os encarregados de educação que estejam interessados que os seus educandos na frequentem as AAAF, deverão formalizar a sua inscrição, através do preenchimento e entrega dos Formulários de Candidatura, que deverão ser solicitados nos Serviços de Ação Social Escolar (SASE), dos Agrupamentos de Escolas ou nos Estabelecimentos de Educação que frequentam, a quem compete a instrução do processo de candidatura, tendo por base a análise da condição socioeconómica do agregado familiar das crianças, nomeadamente o posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para a atribuição do abono de família.

5. Os formulários de candidatura acompanhados dos respetivos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador dos vencimentos) constituem parte integrante do processo individual do aluno, pelo que

deverão ficar arquivados no SASE, do Agrupamento de Escolas.

6. Após receção e validação das candidaturas pelo SASE, os Agrupamentos de Escolas enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, em suporte digital (através do e-mail: [geral@cm-odivelas.pt](mailto:geral@cm-odivelas.pt)), o formulário específico de apoio, devidamente preenchido, durante o mês de setembro.

7. A inscrição das crianças nas AAAF poderá ser solicitada no decorrer do ano letivo, sendo para tal obrigatório, que os encarregados de educação procedam à sua inscrição de acordo com as presentes normas.

8. Nas situações previstas no número anterior, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar, para efeitos de pagamento, a data a partir do dia em que a criança inicia a frequência das AAAF, e informar de imediato, a Câmara Municipal de Odivelas.

9. Nos casos de mudança do escalão de apoio, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar o mês da emissão do respetivo comprovativo da situação socioeconómica do agregado familiar, e comunicar as alterações de escalão à Câmara Municipal de Odivelas.

#### CAPÍTULO IV Disposições Finais

#### X (Situações Omissas)

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas.

#### PROPOSTA DE MINUTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO

Considerando que:

1. A Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré-escolar e define, entre outras, as regras a observar no seu funcionamento dos respetivos estabelecimentos, bem como na oferta das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF).

2. As AAAF se traduzem na oferta de atividades que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.



3. As AAAF são de oferta obrigatória pelos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública e são comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

4. As AAAF são implementadas, preferencialmente, pelos municípios no âmbito do protocolo de cooperação, de 28 de julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

5. As autarquias desempenham um papel fundamental na promoção de respostas em matéria de educação pré-escolar, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO) tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos.

6. As AAAF são planificadas pelos órgãos competentes dos agrupamentos das escolas, tendo em conta as necessidades dos alunos e das famílias, articulando com os municípios da respetiva área a sua realização de acordo com o protocolo de cooperação acima referido.

Entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva com o número 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por *PRIMEIRO OUTORGANTE*;

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, Pessoa Coletiva n.º \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) Diretor(a) do Agrupamento, Professor(a) \_\_\_\_\_, adiante designado por *SEGUNDO OUTORGANTE*;

e,

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA \_\_\_\_\_ / IPSS \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, Pessoa Coletiva n.º \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) Presidente da Direção / Diretor(a), \_\_\_\_\_, adiante designado por *TERCEIRO OUTORGANTE*.

É de livre vontade e de boa-fé celebrado o presente **Acordo Tripartido de Colaboração e Cooperação**, que

se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir.

Cláusula Primeira  
(Do Objeto)

1. Nos termos previstos pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, com o presente Acordo visa-se estabelecer uma parceria entre as Partes, cujo objetivo central é criar as condições necessárias à implementação e desenvolvimento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na educação pré-escolar, na(s) Escola(s) \_\_\_\_\_ durante o ano letivo 2016/2017.

Cláusula Segunda  
(Do Objeto)

1. Com as AAAF pretende-se adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica e complementares das atividades educativas.

2. Através das AAAF, pretende-se ainda assegurar o acompanhamento das crianças antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

Cláusula Terceira  
(Da Implementação, Organização e Funcionamento)

As partes que subscrevem o presente Acordo Tripartido de Colaboração e Cooperação comprometem-se a respeitar as “Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar”, que constam do ANEXO III do Plano de Ação Social e Transportes Escolares da CMO, vertidas para o ANEXO I deste Acordo e que dele fazem parte integrante.

Cláusula Quarta  
(Da Vigência)

Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos Outorgantes, o presente Acordo entra em vigor no dia 1 de setembro de 2016 mantendo-se a sua vigência até ao dia 31 de julho de 2017.

Cláusula Quinta  
(Disposições Finais)

1. No demais, este Acordo será regido pela legislação aplicável em vigor, devendo as Partes respeitar a regulamentação específica aplicável, emitida pelas Entidades Nacionais competentes em matéria de Educação.



2. Qualquer alteração relativa ao estipulado no presente Acordo que não verse sobre o Anexo I, será resolvida por acordo entre as Partes, não implicando uma alteração ao clausulado a menos, que as Partes por acordo assim o entendam fazer.

O presente Acordo de Colaboração e Cooperação foi feito em três exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

Pelo Primeiro Outorgante,

\_\_\_\_\_  
(Hugo Manuel dos Santos Martins)

Pelo Segundo Outorgante,

\_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_)

Pelo Terceiro Outorgante,

\_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_)

Anexo I do Acordo de Colaboração e Cooperação:

Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-escolar

## CAPÍTULO I Disposições Gerais

### I (Disposição Introdutória)

1. A educação pré-escolar é considerada a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

2. As Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), na vertente prolongamento de horário, traduzem-se na oferta de atividades de animação e acompanhamento das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, antes e depois do período diário das atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.

3. As AAAF são comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias, de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

4. Ao longo do tempo, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO), tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos existentes na comunidade.

### II (Do Objeto)

As presentes normas regulam as condições de acesso, bem como o modelo de funcionamento das AAAF, nos estabelecimentos de educação pré-escolar.

### III (Dos Objetivos)

Com as AAAF pretende-se:

1. Adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente, garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica, complementares das atividades educativas.

2. Assegurar o acompanhamento das crianças, antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

### IV (Dos Destinatários)

São destinatários do serviço das AAAF as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no 1º ano do 1º ciclo do ensino básico, que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas.

## CAPÍTULO II Implementação, Organização e Funcionamento

### V (Da Implementação)

1. A Câmara Municipal de Odivelas constitui-se como entidade promotora do Programa das AAAF, nos termos estabelecidos no Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

2. A planificação das AAAF é da responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas.





3. Para implementação das AAAF, podem constituir-se como entidades gestoras do Programa, os Agrupamentos de Escolas, as Associações de Pais e Encarregados de Educação, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

4. Nas situações em que os Agrupamentos de Escolas não se assumam como entidades gestoras, constituem-se obrigatoriamente como entidade parceira das entidades gestoras por si selecionadas.

5. As entidades gestoras poderão prestar diretamente o serviço de AAAF ou estabelecer parcerias com entidades terceiras, para esse fim.

6. As entidades gestoras responsabilizam-se, entre outros, pela implementação e desenvolvimento das AAAF, tendo em conta as necessidades das crianças e das famílias e a capacidade dos espaços escolares, em devida articulação com os órgãos competentes dos Agrupamentos de Escolas.

7. A Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora do programa, comparticipa financeiramente a frequência das AAAF, leva a cabo o controlo financeiro da sua execução, e assume a monitorização e avaliação do Programa, em estreita colaboração com todos os parceiros envolvidos.

8. O pagamento relativo ao desenvolvimento do Programa das AAAF, apenas será considerado, após assinatura pelas partes, do Acordo de Colaboração Bipartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Agrupamento de Escolas) ou Tripartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Gestora).

## VI

### (Da Organização e funcionamento)

1. A oferta das AAAF é de natureza obrigatória pelos estabelecimentos de educação Pré-escolar, mas de frequência facultativa por parte das crianças.

2. As AAAF funcionam num período máximo de 11 meses por ano, entre setembro e julho.

3. Sem prejuízo da normal duração das atividades educativas na educação pré-escolar, as AAAF desenvolvem-se, obrigatoriamente, até às 17h30, podendo a oferta de atividades ser extensível ao período que antecede e precede a realização das atividades educativas no jardim-de-infância.

4. A oferta das AAAF poderá organizar-se durante os períodos de atividades educativas, entre as 7h00/ 9h00 e as 15h30/ 19h30, e nas interrupções dessas atividades, entre as 7h00 e as 19h30.

5. Em caso de necessidade das crianças e das famílias, poderá haver adequação do horário estabelecido no ponto anterior.

6. O horário de funcionamento das AAAF deverá ser comunicado aos encarregados de educação no momento da matrícula ou de renovação da matrícula, devendo ainda ser confirmado no início das atividades educativas.

7. O refeitório escolar encontra-se em funcionamento durante o período da oferta de AAAF, havendo, neste caso, lugar à comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas.

8. A planificação das AAAF deverá ter por base as presentes Normas, ter em conta as necessidades das crianças e das famílias, e estar articulada com o Plano Anual de Atividades e com o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas.

9. As AAAF são planificadas tendo em conta os recursos físicos existentes nos diferentes estabelecimentos de educação e ensino, e decorrem, preferencialmente, em espaços concebidos para estas atividades, sem prejuízo do recurso a outros espaços escolares.

10. As AAAF deverão funcionar com grupos mínimos de 15 crianças, e com grupos máximos de 25 crianças.

11. A abertura, o fecho, a limpeza das instalações e a vigilância dos recreios, são da responsabilidade da entidade gestora das AAAF, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, quando estes não se apresentem como entidade gestora.

12. A entidade gestora ficará obrigada à correta utilização dos espaços escolares onde funcionem as AAAF, sendo responsável por garantir as condições de higiene e manutenção dos mesmos, assumindo a reposição ou reparação de qualquer material ou equipamento que se danifique, sempre que tal ocorra no decurso das atividades.

13. Compete à entidade gestora disponibilizar o material didático e de desgaste rápido, necessário à viabilização das atividades a desenvolver no âmbito das AAAF.

14. Compete aos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das atividades de animação de apoio à família, tendo em vista garantir a qualidade pedagógica das atividades desenvolvidas.

15. A supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AAAF compreendem a programação das atividades, o acompanhamento das atividades através de reuniões com os respetivos dinamizadores, a avaliação da sua realização, e as reuniões com os encarregados de educação.



16. A monitorização e avaliação do Programa das AAAF são da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas, em estreita articulação com os Agrupamentos de Escolas, e com as entidades gestoras.

### CAPÍTULO III

#### Escalões de Apoio, Comparticipações e Inscrições

#### VII

##### (Dos Escalões de Apoio)

1. Os escalões de apoio são definidos de acordo com o posicionamento dos agregados familiares para efeitos de atribuição do abono de família:

- a. Escalão A – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 1.º escalão para efeitos de abono de família;
- b. Escalão B – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de abono de família;
- c. Escalão C – Crianças cujos agregados familiares se integrem nos restantes escalões para efeitos de atribuição de abono de família.

2. Para efeitos de atribuição do escalão de apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), bem como a outros alunos que, de acordo com a legislação própria, possam vir a estar incluídos, será considerado o posicionamento do agregado familiar no escalão de rendimento mais favorável.

3. Em caso de dúvida sobre o posicionamento dos agregados familiares nos escalões de rendimentos, cabe ao Agrupamento de Escolas desenvolver as diligências necessárias ao apuramento da condição socioeconómica das famílias, bem como prevenir e corrigir situações de usufruto indevido.

4. Os casos excecionais, e não previstos nestas Normas, deverão ser analisados individualmente no Agrupamento de Escolas, por referência ao enquadramento normativo em vigor, sujeitos a validação por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas.

#### VIII

##### (Da Comparticipação Financeira)

1. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa o custo da mensalidade das AAAF na educação pré-escolar, a todas as crianças que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho, sendo os montantes correspondentes, transferidos para as entidades gestoras do Programa.

2. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa a diferença entre o valor máximo de referência mensal que é de € 75,00 por criança, estabelecido pela Câmara Municipal para o custo do serviço, e o valor a pagar pelas

crianças em função dos 3 escalões de apoio, definidos em função do posicionamento do agregado familiar para efeitos de atribuição do abono de família.

3. Comparticipação da família (por criança):

- a. Escalão A – comparticipação de 0% do valor máximo de referência;
- b. Escalão B – comparticipação de 35% do valor máximo de referência;
- c. Escalão C – comparticipação de 75% do valor máximo de referência.

4. Comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas (por criança):

- a. Escalão A: comparticipação de 100% do valor máximo de referência;
- b. Escalão B: comparticipação de 65% do valor máximo de referência;
- c. Escalão C: comparticipação de 25% do valor máximo de referência.

5. A Câmara Municipal de Odivelas procederá à transferência das verbas para as entidades gestoras, em três tranches, respetivamente em agosto, dezembro e março, tendo por base, a estimativa do número de crianças inscritas nas AAAF e o seu posicionamento nos respetivos escalões de apoio.

6. Sempre que o custo do serviço exceda o valor máximo de referência, definido pela Câmara Municipal de Odivelas, a diferença será integralmente suportada pelas famílias.

7. A entidade gestora efetuará a entrega da listagem das crianças inscritas, com os comprovativos dos valores da comparticipação aos encarregados de educação nas AAAF, até ao final dos meses de janeiro, abril e agosto, a fim de se proceder a eventuais acertos e transferências subsequentes.

8. A entidade gestora deverá arquivar, em processo próprio, toda a documentação respeitante às AAAF, nomeadamente, comprovativos de frequência das crianças, posicionamento das crianças por escalões de apoio, dos pagamentos das famílias, e das respetivas comparticipações.

#### IX

##### (Das Inscrições)

1. A Câmara Municipal de Odivelas disponibilizará os formulários de candidatura a todos os agrupamentos de





escolas, a partir da data oficial de início das matrículas nos estabelecimentos de educação e ensino.

2. Os formulários de candidatura encontram-se igualmente disponíveis, no Site da Câmara Municipal de Odivelas, em [www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt).

3. Os agrupamentos de escolas responsabilizam-se por efetuar de forma atempada, a divulgação das condições de inscrição aos potenciais interessados, bem como, o resultado do processo de candidatura.

4. Os encarregados de educação que estejam interessados que os seus educandos na frequentem as AAAF, deverão formalizar a sua inscrição, através do preenchimento e entrega dos Formulários de Candidatura, que deverão ser solicitados nos Serviços de Ação Social Escolar (SASE), dos Agrupamentos de Escolas ou nos Estabelecimentos de Educação que frequentam, a quem compete a instrução do processo de candidatura, tendo por base a análise da condição socioeconómica do agregado familiar das crianças, nomeadamente o posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para a atribuição do abono de família.

5. Os formulários de candidatura acompanhados dos respetivos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador dos vencimentos) constituem parte integrante do processo individual do aluno, pelo que deverão ficar arquivados no SASE, do Agrupamento de Escolas.

6. Após receção e validação das candidaturas pelo SASE, os Agrupamentos de Escolas enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, em suporte digital (através do e-mail: [geral@cm-odivelas.pt](mailto:geral@cm-odivelas.pt)), o formulário específico de apoio, devidamente preenchido, durante o mês de setembro.

7. A inscrição das crianças nas AAAF poderá ser solicitada no decorrer do ano letivo, sendo para tal obrigatório, que os encarregados de educação procedam à sua inscrição de acordo com as presentes normas.

8. Nas situações previstas no número anterior, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar, para efeitos de pagamento, a data a partir do dia em que a criança inicia a frequência das AAAF, e informar de imediato, a Câmara Municipal de Odivelas.

9. Nos casos de mudança do escalão de apoio, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar o mês da emissão do respetivo comprovativo da situação socioeconómica do agregado familiar, e comunicar as alterações de escalão à Câmara Municipal de Odivelas.

## CAPÍTULO IV Disposições Finais

### X (Situações Omissas)

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas.

**(Aprovado por maioria)**

## RETIRADA DE PONTOS

### RETIRAR PONTOS DA ORDEM DO DIA DA PRESENTE SESSÃO

Dado o adiantado da hora, o senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Odivelas, colocou à consideração do plenário que os pontos: Ponto 4 – Proposta de Implantação das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico para o ano letivo 2016/2017; Ponto 5 – Proposta de Abertura de Procedimentos Concurrais para Cargos de Direção Intermédia de 2º Grau; Ponto 6 - Proposta de Aprovação de Relatório de Acompanhamento e Avaliação de Ação de Reabilitação Urbana referente ao ano de 2015 e Ponto 7 – Proposta de Novo Regulamento Para Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau, ficassem agendados para a próxima sessão da Assembleia Municipal.

**(Aprovado por unanimidade)**